DIARIO DO GOVERNO

A correspondência official da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á Imprensa Nacional. Anunciam-se todas as publicações litterarias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 18\$000 | Anuncios, por linha 60
 Ditas por semestre 10\$000 | Communicados e correspondencias, por linha 60
 Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de sello por cada annuncio publicado no *Diario do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respaldar á publicação de annuncios será enviada á mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

AVISO

São prevenidas as autoridades, repartições publicas ou quaesquer individuos que subscreveram para o «*Diario do Governo*» até 31 de dezembro corrente, de que devem renovar as assinaturas antes d'aquelle dia, a fim de não soffrerem interrupção na sua remessa.

Os preços são, por anno, a começar em janeiro ou julho, 18\$000 réis; e por semestre, idem, 10\$000 réis, acrescentando para o estrangeiro o porte do correio. Não se abre assinatura por trimestre.

As assinaturas recebem-se unicamente na Contadoria da Imprensa Nacional, em todos os dias uteis, desde as dez horas da manhã até as tres da tarde, podendo ser satisfeitas em dinheiro ou vales do correio passados a favor do thesoureiro da mesma Imprensa.

SUMMARIO

MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS:

Nota da audiencia solemne effectuada no Palacio de Belem, para entrega das credenciaes do Ministro da Republica Argentina em Lisboa.

MINISTERIO DO INTERIOR:

Sentença arbitral que resolveu o conflicto havido entre os operarios da Companhia das Aguas de Lisboa e a sua direcção.

Rectificações a despachos pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.

Decreto, com força de lei, de 9 de dezembro, determinando que sejam gratuitas as certidões exigidas aos professores primarios nos processos de provimento, promoção e aposentação, e equiparando os vencimentos dos amanuenses das inspecções das tres circunscrições escolares e das escolas da cidade de Lisboa aos dos amanuenses das secretarias de Estado.

Despachos criando um curso nocturno e duas escolas primarias.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primaria, sobre movimento de pessoal.

Declaração de que o logar de ajudante, criado por despacho de 6 do corrente, é na escola central masculina da freguesia de S. Bartolomeu da cidade de Coimbra.

Decreto de 10 de dezembro, fixando a duração do anno escolar e a do anno lectivo nos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral de Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Despachos concedendo aposentações.

Portaria de 8 de dezembro, mandando que nas concessões de edificios proprios da Fazenda, feitas a corporações ou estabelecimentos, se consigne sempre a obrigação da cedencia gratuita das dependencias necessarias para installação da estação telegrapho-postal e habitação do respectivo chefe, quando os edificios se prestem para tal fim.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições Directas, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Alvará do governador civil do districto de Faro, declarando em abandono uma mina de cobre situada no concelho de Loulé.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Estatutos da Associação de Soccorros Mutuos Funebre da Praça do Exercito Libertador, do Porto, approvados por alvará de 12 de agosto de 1909.

Balancetes de bancos e companhias.

Relações de registos de marcas industriaes caducados nos meses de setembro, outubro e novembro, e dos renovados em novembro.

Aviso de ter sido ordenada a suspensão temporaria do provimento de logares de professor nas escolas industriaes e das provas dos concursos abertos para preenchimento d'esses logares.

Despachos pela Direcção Geral dos Correios e Telegraphos sobre movimento de pessoal.

TRIBUNAES:

Supremo Tribunal Administrativo, accordãos n.º 13:349, 13:509 e 13:551.

Tribunal de Contas, accordãos julgando as contas de responsaveis.

AVISOS E ANUNCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, annuncio de concurso para provimento do logar de preparador e conservador do gabinete de analyses microscopicas do Matadouro Municipal; relação das obrigações dos emprestimos de 1879, 1880, 1881 e 1890 sorteadas para amortização.

Junta do Credito Publico, aviso acerca do pagamento de juros.

Superintendencia dos Palacios da Republica, annuncio para venda do azeite da Tapada da Ajuda.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, plano para a 29.ª extracção da lotaria de 1910-1911.

Juizo de direito da 6.ª vara da comarca de Lisboa, editos para expropriações de terrenos.

Juizo de direito da comarca de Lousada, idem.

Caixa Economica Portuguesa, editos para levantamento de depositos.

Casa da Moeda e Papel Sellado, nota da folha das ferias extraordinarias do pessoal operario, na semana finda em 6 de outubro.

Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico.
 Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
 Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 509 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 8 de dezembro.

Nova publicação, rectificada, do Appendice n.º 507 (mappa das despesas do Ministerio do Fomento autorizadas em 1910-1911 e ordenadas até 30 de novembro de 1910).

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

2.ª Repartição

Effectuou-se ante-hontem, pelas duas horas da tarde, no Palacio de Belem, a audiencia solemne do Sr. Baldomero Garcia Sagastume, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, para entrega de credenciaes, achando-se S. Ex.ª o Presidente do Governo Provisorio acompanhado nesse acto pelos Ministros das diferentes Repartições, autoridades superiores, civis e militares, presidentes de varias corporações e altos funcionarios.

O Sr. Baldomero Garcia Sagastume, ao entregar as suas credenciaes, pronunciou o seguinte discurso:

Excellentísimo Señor Presidente. — En tan solemne ocasion me es altamente satisfactorio interpretar los sinceros sentimientos que animan al Gobierno y Pueblo de la Nacion Argentina por el engrandecimiento de la gloriosa Nacion Portuguesa asi como la prosperidad del Gobierno que tan acertadamente dirige sus destinos.

Interpreto igualmente los deseos del Excelentísimo Señor Presidente y Pueblo de mi Patria, á la par que los propios, al formular ardientes votos por que los lazos politicos que felizmente han ligado y ligan á la Republica Argentina y á Portugal, se estrechen aún mas si fuere posible. Los multiples y grandes intereses de ambas Naciones que estan destinados á promover en un futuro no lejano un desenvolvimiento mas activo del intercambio comercial argentino-portugues, concurrirán seguramente á robustecer tan preciosos vinculos.

Será, así mismo, un especial y grato deber de las funciones de mi cargo, cultivar la franca y leal amistad que en todo momento el Pueblo Argentino y su Gobierno han mantenido y mantienen por el Gobierno y Pueblo Lusitanos.

Para el buen éxito de tan delicada Misión, halágame la esperanza de poder contar con la alta benevolencia del Señor Presidente y de sus dignos colaboradores en el Gobierno de la República; eficaz apoyo que hará mi taréa tan fácil como proficua y agradable.

Quiera dignar-se Vuestra Excelencia recibir las Cartas que me acreditan en el caracter de Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la Republica Argentina cerca del Gobierno de la República de Portugal.

S. Ex.ª o Presidente respondeu:

Senhor Ministro. — Com verdadeira satisfação recebo a Carta que acredita V. Ex.ª junto do Governo da Republica Portuguesa como Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina, e honra-me, em extremo, manifestar a V. Ex.ª, da parte do mesmo Governo, os desejos que o animam, e ao Povo Português, de que a nobre Nação que V. Ex.ª representa se engrandeça e progrida, sob o seu illustre Governo, como justamente merece o glorioso Povo Argentino.

Agradeço calorosamente, em nome do Governo Português, as palavras de apreço que V. Ex.ª lhe dirige, tão affectuosamente confirmadas nos votos que transmite de S. Ex.ª o Presidente da Republica Argentina e do Povo da sua Patria, bem como os seus proprios, pelo estreitamento constante dos laços que unem as duas Republicas, e pelo desenvolvimento cada vez mais activo dos mutuos interesses economicos de ambas as Nações.

Pode V. Ex.ª confiadamente contar com a leal cooperação do Governo da Republica e com a minha maior estima pessoal, na missão elevada em que está investido e que tão grata vejo ser-lhe, de cultivar a amizade que sem-

pre tem existido entre o Povo Português e o Argentino, e os seus respectivos Governos.

Peço a V. Ex.ª que assegure a S. Ex.ª o Presidente da Republica Argentina os sentimentos de cordialidade de que me faço interprete para com S. Ex.ª, da parte do Governo e da Nação Portuguesa.

MINISTERIO DO INTERIOR

Sentença arbitral que resolveu o conflicto havido entre os operarios da Companhia das Aguas de Lisboa e a sua direcção

Tendo sido convidado para arbitro no conflicto de trabalho suscitado entre os operarios da Companhia das Aguas de Lisboa e a sua direcção, delibero:

1.º Sobre todos os salarios se fará um aumento nos termos seguintes:

- a) Os salarios até 500 réis, aumentados de 70 réis;
- b) Os salarios de mais de 500 réis até 700 réis, aumentados de 60 réis;
- c) Os salarios de 720 réis, aumentados de 50 réis;
- d) Os salarios de mais de 720 réis até 800 réis, aumentados de 40 réis;
- e) Os salarios de mais de 800 réis, aumentados de 30 réis;

f) Os salarios dos cantoneiros dos antigos aqueductos, aumentados de 30 réis;

g) Os salarios dos trabalhadores de fora da area de Lisboa, aumentados de 50 réis;

h) Os salarios dos guardas do recinto do Pombal, aumentados de 40 réis;

i) Os salarios dos guardas do recinto de Campo de Ourique, aumentados de 60 réis;

j) Os salarios dos guardas do recinto do reservatorio de S. Jeronimo, aumentados de 20 réis.

Os fogueiros e chegadores terão, quando nos trabalhos de fogo, ou noutros que por sua violencia lhes correspondam, os salarios respectivos de 900 réis e 750 réis. E quando trabalharem em trabalho considerado de officina terão, respectivamente, os salarios de 700 réis e 600 réis.

2.º Todos os operarios e trabalhadores ao serviço da Companhia das Aguas terão uma media de nove horas de trabalho por dia, podendo trabalhar até dez horas em certos dias, e sendo o horario regulado de commum acordo entre patrões e operarios.

Exceptuam-se os fogueiros e chegadores, que trabalharão oito horas por dia, em tres turnos, igualmente regulados de acordo entre patrões e operarios.

No caso de fogueiros e chegadores desempenharem trabalhos de officina, ficam sujeitos ao mesmo horario dos outros operarios.

3.º A todos os operarios e trabalhadores serão relevadas até quatro faltas por mês, sem attestado medico e sem vencimento.

4.º A nenhum operario ou trabalhador será negado o direito de recurso para a direcção da companhia, quando se julgar injustamente despedido por algum dos seus superiores.

5.º Aos operarios que deixarem de fazer parte da caixa de reformas ser-lhes-hão restituídas as quantias com que para ella hajam contribuido.

6.º Todos os operarios e trabalhadores, em caso de doença attestada por medico, terão direito, por anno, a quinze dias de salario completo e quinze dias de meio salario.

7.º A todos os operarios e trabalhadores será garantido o trabalho methodico e regular, emquanto se encontrarem ao serviço da companhia.

Patrões e operarios se comprometteram a não guardar d'este conflicto qualquer espirito de resentimento ou reserva.

Lisboa e Ministerio do Interior, aos 11 de dezembro de 1910. — O Ministro do Interior, Antonio José de Almeida.

Direcção Geral de Administração Política e Civil

2.ª Repartição

Para os efeitos convenientes se publica, devidamente rectificado, o seguinte despacho:

Novembro 30

Antonio Domingos Teixeira — nomeado para o cargo de administrador substituto do concelho de Anadia.

Secretaria do Ministerio do Interior, 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, José Barbosa.

Direcção Geral da Instrução Primária

Tornando-se injusto que aos professores de instrução primária se exijam certidões da effectividade do seu serviço na documentação dos processos de provimento temporario e definitivo, promoção de classe e aposentação, que lhes acarretam despesas que vem sobrecarregar os seus poucos vencimentos; mas, por outro lado, tendo em vista que a gratuitidade de taes certidões vem prejudicar principalmente os amanuenses das Inspeções, cuja exiguidade de vencimento é compensada, em parte, pelos emolumentos das referidas certidões;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que um nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nos processos de provimento temporario e definitivo, de promoção de classe e de aposentação devem os professores de instrução primária juntar uma nota indicando as escolas em que tenham prestado serviço, bem como as datas em que o tenham prestado, cumprindo ás respectivas Inspeções informar gratuitamente sobre o tempo de effectivo serviço, excepto relativamente ao que tiver sido prestado antes de 1 de outubro de 1902, o qual devará continuar a ser certificado pelas repartições por onde foram processadas as respectivas folhas de vencimentos, cumprindo aos professores juntar ao processo as competentes certidões.

Art. 2.º São aumentados os vencimentos aos amanuenses das Inspeções das tres circunscrições escolares da Republica e das escolas da cidade de Lisboa, ficando equiparados aos vencimentos dos amanuenses das Secretarias do Estado.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros do Interior e das Finanças o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, nos 9 de dezembro de 1910. — Antonio José de Almeida — José Relvas.

2.ª Repartição

Por decretos de 9 do corrente:

Criado um curso nocturno na escola primária para o sexo masculino da freguesia dos Olivares, concelho de Lisboa. Criada uma escola primária mista no lugar de Coelho, freguesia de Castellões, concelho e circulo escolar de Tondella, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa para os exercicios escolares e habitação da professora, e do mobiliario e material do ensino, em condições.

Criada uma escola primária para o sexo masculino no lugar de Cabeça do Mós, freguesia e concelho de Sardão, circulo escolar de Thomar, ficando o seu provimento dependente da entrega de casa para a aula e habitação do professor, que satisfaça ás condições legais, e da necessaria mobilia e utensilios escolares.

Por despacho de 30 de novembro ultimo: José Casimiro da Silva, professor regente da escola central de Aveiro — nomeado professor interino da Escola de Ensino Normal de Aveiro.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, João de Barros

3.ª Repartição

Declara-se para os devidos effectos que o lugar de ajudante criando por despacho de 6 do corrente, publicado no *Diario do Governo* n.º 53, é na escola central masculina da freguesia de S. Bartolomeu, da cidade de Coimbra e não da cidade do Porto, como foi por lapso publicado.

Por despacho de 8 do corrente: Albina da Silva Villa Verde, professora da escola para o sexo feminino da freguesia de Forjães, concelho de Espozendo, circulo escolar de Villa Nova de Famalicão — licença de noventa dias por motivo de doença.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, João de Barros.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial**1.ª Repartição**

Tendo os reitores dos lycées centraes de Lisboa apresentado dúvidas sobre qual deva ser, em face das disposições legais em vigor, a duração do anno escolar e a do anno lectivo;

Conformando-se com o parecer da Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial:

Artigo 1.º O anno escolar, em todos os estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, começa em 1 de outubro e termina em 15 de agosto, nos termos do decreto de 28 de outubro ultimo.

Art. 2.º O anno lectivo começa no dia 16 de outubro e termina em 31 de junho, ficando o mês de julho, os primeiros quinze dias de agosto e os primeiros quinze dias de outubro para o serviço de exames.

Art. 3.º Nos lycées nacionaes, onde os exames, por serem em menor numero, acabem até o dia 31 de julho,

os professores não receberão gratificação de exercicio pelos quinze dias do mês de agosto.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

O Ministro do Interior o faça imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 10 de dezembro de 1910. — Antonio José de Almeida.

MINISTERIO DA JUSTIÇA**Direcção Geral da Justiça****1.ª Repartição**

Despachos effectuados nas datas seguintes tendo o visto do Tribunal de Contas de 9 de dezembro do corrente, os que estão no caso do artigo 44.º e seus paragraphos da lei de 9 de setembro de 1910

Novembro 23

Joaquim Augusto da Silva — nomeado subdelegado do Procurador da Republica na comarca de Odemira.

Dezembro 3

Bacharel Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro, juiz de 2.ª instancia, aggregado á Relação de Lisboa — declarado nos termos de receber o aumento da terça parte mais do seu ordenado, desde o dia 7 de abril do corrente anno.

Dezembro 6

Joaquim da Ponte — nomeado substituto do juiz de direito da comarca de Faro.

Dezembro 8

Nomeados para os logares de substitutos dos juizes de direito das comarcas de Coruche e Silves, respectivamente, Antonio José Curado e Diogo de Ayet Leote. Bacharel Joaquim Eduardo de Almeida Homem — nomeado para o logar de sub-delegado do procurador da Republica na comarca de Avis.

Dezembro 9

Exonerados os juizes de paz e seus substitutos dos districtos seguintes: Aboadella, Bustello, Cepellos, Gondar, S. Gonçalo, Real, Telões, Travanca, e Villa Chã, na comarca de Amarante; Vinhaes, Santalha e Penhas Juntas, na comarca de Vinhaes; Macieira de Cambra e Cepellos, na comarca de Oliveira de Azemeis; Coruche, na comarca do mesmo nome; Villa Nova de Fozcoã, na comarca do mesmo nome.

Nomeados para os cargos de juiz de paz e seu substituto dos districtos das comarcas abaixo designadas, os individuos seguintes:

Comarca de Amarante**Aboadella**

Juiz, João Gonçalves Quelha.
Substituto, Antonio Manuel Nunes.

Bustello

Juiz, Manuel Joaquim Cerqueira.
Substituto, Antonio Alves da Costa.

Cepellos

Juiz, Benedito Rebello.
Substituto, Antonio Candido de Magalhães.

Gondar

Juiz, Abel Pereira Pinto Carvalhal.
Substituto, Thomás Cerqueira Cardoso Brochado.

S. Gonçalo

Juiz, Luis Macedo da Cunha Coutinho.
Substituto, Manuel Gomes de Barros.

Real

Juiz, Augusto Brochado.
Substituto, Rodrigo da Silva Cunha.

Telões

Juiz, Alberto da Cunha Magalhães.
Substituto, Joaquim Teixeira de Carvalho.

Travanca

Juiz, Manuel Augusto Moreira da Silva.
Substituto, Justino Ribeiro da Cunha

Villa Chã

Juiz, Pedro Baptista Nunes.
Substituto, Augusto Teixeira de Moraes.

Comarca de Vinhaes**Vinhaes**

Juiz, Antonio Manuel Gomes de Almeida.
Substituto, Antonio Boaventura da Cruz.

Santalha

Juiz, Manuel do Nascimento Oliveira.
Substituto, Manuel Pires da Veiga.

Penhas Juntas

Juiz, Manuel Antonio Afonso.
Substituto, Sergio do Valla.

Comarca de Paços de Ferreira**Treamunde**

Juiz, Adolfo Ferreira Leão de Moura.
Substituto, Manuel Nunes de Oliveira.

Meixonil

Juiz, Bernardo Carneiro Nunes.
Substituto, Antero Carneiro Chaves.

Comarca de Oliveira de Azemeis**Macieira de Cambra**

Juiz, Francisco Tavares de Almeida.
Substituto, Manuel Gomes Traçoso.

Cepellos

Juiz, Manuel Tavares de Sousa Junior.
Substituto, Manuel José de Sousa.

Comarca de Coruche**Coruche**

Juiz, José Thomás.
Substituto, João Mota.

Comarca de Ancião**Chão do Couce**

Juiz, Antonio Simões.
Substituto, Delfim Lopes do Rego.

Comarca de Villa Nova de Fozcoã**Villa Nova de Fozcoã**

Juiz, Delfim Maria Pires.
Substituto, Abilio José Pires.

Exonerado o juiz de paz de Pedrogam Pequeno, comarca da Certã, e nomeado para este logar José Gomes da Costa.

Exonerados o juiz de paz e escrivão de paz de Loureiro, comarca de Oliveira de Azemeis, e nomeados para estes logares, respectivamente, João Jorge de Oliveira e José dos Reis.

Exonerados o juiz de paz, escrivão de paz e o official de diligencias do districto de Porto de Mós, comarca do mesmo nome, e nomeados para estes logares, respectivamente, Manuel João Inacio dos Santos, Raul Henriques da Silva e José de Matos Vieira.

Exonerado o escrivão de paz da Carregosa, comarca de Oliveira de Azemeis, e nomeado para este logar João José Correia.

Exonerado o juiz de paz do Alcaide, comarca do Fundão, e nomeado para este logar José Antonio Valente da Silva.

Exonerado o juiz de paz de Monsanto, comarca de Idanha-a-Nova, e nomeado para este logar Alfredo Augusto de Mendonça.

Exonerado o juiz de paz da Vidigueira, comarca de Cuba, e nomeado para este logar Joaquim Fialho Cenaculo. Antonio Epifanio Rodrigues e Armando Augusto de Azevedo e Silva — nomeados, respectivamente, para servirem interinamente os logares de juiz de paz e escrivão de paz de Arruda dos Vinhos, comarca de Villa Franca de Xira.

Antonio José Dias, escrivão de paz de Macieira de Cambra, comarca de Oliveira de Azemeis, e Manuel Nunes de Pinho, escrivão de paz de Cepellos, na mesma comarca — transferidos reciprocamente.

Mario de Magalhães, official de diligencias do juizo de paz de Bomfim, comarca do Porto — exonerado.

Francisco Gomes da Silva — nomeado official de diligencias do juizo de paz de Chão do Couce, comarca de Ancião.

Bacharel Arnaldo Ferreira da Silva Guimarães, sub-delegado do Procurador da Republica na comarca de Oliveira de Azemeis — exonerado, como requerer.

Direcção Geral da Justiça, em 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, Germano Martins.

MINISTERIO DAS FINANÇAS**Direcção Geral da Contabilidade Publica****Repartição Central**

Decretos expedidos por esta Direcção Geral nas datas abaixo mencionadas

1908 — Junho 4

Presbytero Joaquim Maria Ribeiro da Silva, paroco colado na Igreja de Santo André, do concelho de Estremoz e diocese de Evora — concedida aposentação ordinaria, que requereu, pelo Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, com a pensão annual de 500\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de dezembro de 1890 e do artigo 36.º da lei de 29 de junho de 1907. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

1910 — Novembro 30

Antonio de Oliveira, guarda de 1.ª classe da estação de saúde do porto de Lisboa — concedida aposentação extraordinaria, que requereu, pelo Ministerio do Interior, com a pensão annual de 200\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

1910 — Dezembro 6

Bacharel João da Costa Brandão e Albuquerque, chefe de repartição, addido á Secretaria Geral do Ministerio do Fomento — concedida aposentação ordinaria, que requereu, pelo mesmo Ministerio, com a pensão annual de 1:100\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

Alvaro Antonio de Carvalho, regente silvícola de 1.ª classe — concedida aposentação ordinaria, que requereu, pelo Ministerio do Fomento, com a pensão annual de 360\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

Francisco Emilio Pedreira de Matos, professor da escola primaria elementar da freguesia de Covas, concelho de Villa Nova de Cerveira, districto de Vianna do Castello — concedida aposentação extraordinaria, proposta pelo Ministerio do Interior, com a pensão annual de réis 170\$000, que lhe será paga nos termos do decreto de 25 de abril de 1895 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

Anna Amelia de Azevedo, professora da escola primaria elementar da freguesia de Santa Cruz da Trapa, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Viseu — concedida aposentação extraordinaria, proposta pelo Ministerio do Interior, com a pensão annual de 170\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 25 de abril de 1895 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

1910 — Dezembro 7

Jorge José de Mello, chefe da 1.ª Repartição da Direcção Geral da Agricultura — concedida aposentação extraordinaria, que requereu, pelo Ministerio do Fomento, com a pensão annual de 1:063\$330 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

Francisco Antonio Antunes de Oliveira, professor da escola primaria elementar da freguesia de Serapiços, do concelho capital do districto de Bragança — concedida aposentação ordinaria, que requereu, pelo Ministerio do Interior, com a pensão annual de 170\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 25 de abril de 1895 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de dezembro de 1910).

Direcção Geral da Contabilidade Publica, 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral da Estatística e dos Proprios Nacionais

Repartição Central

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que em todas as localidades onde haja edificios proprios da Fazenda e que o Governo autorize a sua concessão a qualquer corporação ou estabelecimento, fique sempre consignada a obrigação de ceder gratuitamente as dependencias necessarias para instalação da estação telegrapho-postal e habitação do respectivo chefe, quando os edificios se prestem para tal fim.

Paços do Governo da Republica Portuguesa, aos 8 de dezembro de 1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

Direcção Geral das Contribuições Directas

1.ª Repartição

Despachos effectuados na data abaixo designada

Por decretos de 9 de dezembro e visto do Tribunal de Contas da presente data:

Antonio Gomes de Moura Carneiro, escrivão de fazenda do concelho de Villa Verde — demittido.

Francisco Bernardo Ferreira, escrivão de fazenda do concelho de Angra do Heroismo — transferido para identico logar no concelho de Villa Verde, vago pela demissão de Antonio Gomes de Moura Carneiro.

Augusto Arruda, escrivão de fazenda de 2.ª classe, servindo no concelho da Ribeira Grande — promovido, por antiguidade á 1.ª classe e collocado no concelho de Angra do Heroismo, no logar vago pela transferencia de Francisco Bernardo Ferreira.

Antonio Teixeira Cabral, escrivão de fazenda de 3.ª classe servindo no concelho de Villa Pouca de Aguiar — promovido, por antiguidade, á 2.ª classe e collocado no concelho da Ribeira Grande, no logar vago pela promoção de Augusto Arruda.

Francisco Augusto Ramos da Silveira, escrivão de fazenda de 4.ª classe, servindo no concelho de S. Roque — promovido, por antiguidade, a escrivão de fazenda de 3.ª classe e collocado no concelho de Villa Pouca de Aguiar, no logar vago pela promoção de Antonio Teixeira Cabral.

João Pinheiro Mourisca, escrivão de fazenda de 4.ª classe addido — collocado no concelho de S. Roque, no logar vago pela promoção de Francisco Augusto Ramos da Silveira.

Por despacho de 6 de dezembro e visto do Tribunal de Contas da presente data:

Antonio Ribeiro de Moura Borges de Magalhães, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho do Barreiro, e José Pereira da Silva, segundo aspirante da Repartição de Fazenda do concelho de Almada — transferidos, reciprocamente, como requereram.

Direcção Geral das Contribuições Directas, 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *Julio Maria Baptista*.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Inspeção Geral de Fazenda das Colonias

Para conhecimento dos interessados se faz publico que por despacho do Ex.º Ministro da Marinha e Colonias fica sem effecto, até ulterior resolução, o annuncio para a arrematação de medicamentos e instrumentos cirurgicos para fornecimentos dos hospitaes das provincias de Angola, Cabo Verde, S. Thomé e Príncipe e Guiné, publicado no *Diario do Governo* n.º 208, de 19 de setembro ultimo.

Inspeção Geral de Fazenda das Colonias, em 9 de dezembro de 1910. — O Inspector Geral, *Eusebio da Fonseca*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Direcção Geral das Obras Publicas e Minas

Repartição de Minas

1.ª Secção

Em conformidade do artigo 54.º do decreto com força de lei, de 30 de setembro de 1892, que regula o aproveitamento das substancias mineraes, se publica a seguinte copia:

N.º 1:048. — Zacharias José Guerreiro, governador civil do districto de Faro:

Constando por participação official estarem suspensos os trabalhos de lavra na mina de cobre da Cêrca das Minas, da freguesia de Alte, concelho de Loulé, da qual são definitivos concessionarios João Carlos Sarmiento Osorio e Antonio de Paula Serpa, por alvará de 5 de fevereiro de 1903, publicado no *Diario do Governo* n.º 30 do mesmo mês e anno, e havendo-se instaurado o respectivo processo para julgamento do abandono, como determina o artigo 54.º, § 1.º, do decreto regulamentar de 5 de julho de 1894;

Tendo sido intimados o primeiro concessionario João Carlos Sarmiento Osorio e os herdeiros e representantes do segundo, para allegarem o que entenderem a bem dos seus direitos, e expirando os prazos respectivamente assignados sem que apresentassem allegação alguma;

Verificando-se pelo depoimento das testemunhas inquiridas na Administração do concelho de Loulé, que ha pouco mais ou menos de oito annos estão interrompidos os trabalhos de lavra, não se mostrando occorrença de força maior que motivasse está interrupção;

Attendendo, finalmente, á disposição do n.º 7.º do artigo 52.º do citado decreto e usando da faculdade que a lei me confere: hei por bem declarar em abandono a mina de cobre de que se trata e perdidos todos os direitos que á mesma tinham os concessionarios, seus herdeiros e representantes.

Dado no governo civil do districto de Faro, sob a minha assinatura, aos 7 de dezembro de 1910. — *Zacharias José Guerreiro*.

Registado a fl. 132, verso, do livro n.º 7. — *J. Soares*.

Está conforme. — Secretaria do governo civil do districto de Faro, em 7 de dezembro de 1910. — O Secretario Geral, *José Vaz Guerreiro Juizice Aboim*.

Está conforme. — Repartição de Minas, em 10 de dezembro de 1910. — O Engenheiro-Chefe da 1.ª Secção, servindo de Chefe da Repartição, *E. Valerio Villaga*.

Repartição do Pessoal

Por ter saído com inexactidão no *Diario do Governo* n.º 51 de 5 do corrente, novamente se publica o seguinte despacho:

Antonio José Pereira da Costa Luz, engenheiro ajudante da secção de obras publicas do corpo de engenharia civil, na situação de serviço destacado — passado á de inactividade sem vencimento, nos termos do artigo 17.º n.º 2, do decreto organico de engenharia civil e dos serviços da sua competencia, de 24 de outubro de 1901.

Para os devidos effectos se publica o seguinte despacho: Cesar Coelho da Silva, chefe de conservação em serviço na Direcção de Obras Publicas do districto de Leiria — transferido para a Direcção das Obras Publicas do districto de Braga.

Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, em 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, interino, *Severiano Augusto da Fonseca Monteiro*.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

1.ª Repartição

1.ª Divisão

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Em portaria de 9 do corrente: Determinando que o segundo official Manuel Freire, com exercicio na 3.ª secção da estação telegraphica central de Lisboa, seja transferido, por conveniencia de serviço,

para a 1.ª secção da mesma estação, e que o segundo official Porfirio Antonio de Gamboa que, por portaria de 29 de novembro ultimo foi transferido para a 1.ª secção, seja collocado na 3.ª

2.ª Divisão

Em despacho de 8 do corrente:

Alfredo Lourenço — nomeado para o logar de carteiro supranumerario de Lisboa.

Em portarias de 9 do corrente:

Alfredo da Costa Antunes — demittido do logar de encarregado da estação de 4.ª classe, de Turquel, do concelho de Alcobaga, districto de Leiria, por graves irregularidades commettidas no serviço.

Francisco dos Santos Godinho — exonerado do logar de encarregado da estação de 4.ª classe, de Alviolera, do concelho de Thomar, districto de Santarem, por abandono periodico do logar.

Em despacho de 10 do corrente:

Antonio Fernandes Feio — nomeado para o logar de carteiro supranumerario de Lisboa.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, interino, *Henrique Ribeiro de Sousa*.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição de Commercio

Por alvará de 12 de agosto de 1909 foram approvados os estatutos seguintes:

Estatutos da Associação de Soccorros Mutuos Funebre da Praça do Exercito Libertador

CAPITULO I

Denominação, natureza e fins da associação

Artigo 1.º A Associação de Soccorros Mutuos Funebre da Praça do Exercito Libertador, com sede nesta cidade, substitue pelos presentes estatutos os approvados por alvará de 4 de outubro de 1898.

§ 1.º Esta associação é de capital indeterminado, de duração indefinida e de numero illimitado de socios.

§ 2.º O districto social compõe-se de todas as freguesias do Porto, limitadas pela estrada de circunvalação e Santa Marinha de Villa Nova de Gaia e concelho de Bouças.

Art. 2.º Os fins d'esta associação são:

1.º Fazer o funeral dos socios que fallecerem.

2.º Subsidiar a familia dos socios fallecidos para as despesas de luto, nos termos prescritos neste estatuto.

§ unico. Os funeraes de que trata o n.º 1.º d'este artigo são extensivos á familia dos socios, nos casos e pela forma estabelecida neste estatuto.

Art. 3.º Serão considerados socios d'esta associação todos os individuos de um e outro sexo, nacionaes ou estrangeiros, que satisfaçam as condições exigidas para a sua admissão, em harmonia com o preceituado nestes estatutos.

§ unico. Podem ser admittidos como socios honorarios, pela forma e com as obrigações e direitos marcados no decreto de 2 de outubro de 1896, e especificados nestes estatutos os individuos que concorram com quotas ou donativos, declarando que não pretendem gozar das vantagens estabelecidas para os socios effectivos.

Art. 4.º Esta associação nunca poderá sair da Praça do Exercito Libertador, onde terá a sua sede, seja sob que pretexto for, excepto quando a maioria dos socios filiados o reclamem, ou se dê um caso de força maior.

CAPITULO II

Da admissão dos socios

Art. 5.º Podem ser admittidos socios d'esta associação todos os individuos de um e outro sexo, qualquer que seja a sua idade e que residirem dentro da area social, designada no artigo 1.º e § 2.º, que gozem de boa reputação moral e civil, devendo requerer á direcção e declarar que se sujeitam ás disposições d'estos estatutos.

§ unico. A admissão dos socios é de exclusiva competencia da direcção, devendo as mulheres casadas apresentarem autorização de seus maridos, e os menores de seus paes ou tutores, em harmonia com a lei geral do país e lei especial das associações.

CAPITULO III

Deveres dos socios

Art. 6.º É dever dos socios de ambos os sexos, depois de inscritos no livro de registos:

1.º Pagar por occasião da sua admissão 20 réis pelo seu requerimento, 240 réis de joia, 160 réis pelo diploma, 80 réis pelo estatuto e regulamento e 40 réis pela cadermeta, podendo estas quantias ser satisfeitas por uma só vez no acto da recepção de cada um d'estes documentos, ou em prestações somanaes nunca inferiores a 40 réis.

2.º A pagar pontualmente e semanalmente a quantia de 20 réis para o cofre da associação, e 20 réis mensaes para o cobrador.

3.º Servir com zelo os cargos para que forem eleitos ou nomeados, tanto pela assembleia como pela direcção, não sendo comtudo obrigados a exorcê-los successivamente por mais de um anno, mesmo que o cargo seja diverso do que deixou de exercer.

4.º Respeitar os funcionarios da associação e seus associados no exercicio das suas funções e direitos.

5.º Dar parte por escrito á direcção, quando tenha de se ausentar da area social por mais de sessenta dias, quando mude de residencia, ou ainda quando pretenda suspender o pagamento das suas quotas

6.º A cumprir rigorosamente todos os preceitos d'estes estatutos e regulamentos da associação, bem como as resoluções da assembleia geral e direcção, quando estas não contrariem as disposições dos mesmos estatutos.

§ unico Os socios a que se refere o n.º 3.º d'este artigo, que tenham sido eleitos ou nomeados como substitutos, mas que no respectivo anno não entraram no exercicio, no impedimento dos effectivos não poderão recusar a reeleição ou nomeação no anno seguinte para os cargos da associação, salvo motivo justificado, pelo qual não possam desempenhar os respectivos deveres.

Art. 7.º Os socios que por motivo contrario á sua vontade se atrasarem de uma até oito quotas, ou devam até 160 réis de qualquer proveniencia, para não serem prejudicados nos seus direitos devem saldar taes debitos, quando requeirarem qualquer subsidio, donativo ou enterro e em harmonia com o preceituado no artigo 41.º d'este estatuto.

CAPITULO IV Direitos dos socios

Art. 8.º Todos os socios do sexo masculino maiores de vinte e um annos ou emancipados, depois de terem satisfeito o disposto no n.º 1.º do artigo 6.º, e tres meses de quotização determinada no n.º 2.º do mesmo artigo, e não devam do cofre quantia superior a 160 réis, teem direito.

1.º A requerer a convocação extraordinaria da assembleia geral ao presidente da mesa, quando a petição seja assinada por quinze socios, pelo menos, no gozo dos seus direitos, expondo nesta os assuntos fundamentados d'ella, a qual não poderá ser negada, salvo se esses assuntos não forem da competencia da assembleia geral.

§ 1.º Se á hora marcada não se achar presente a maioria dos signatarios da petição, não terá logar a assembleia geral, sendo estes obrigados a entrar no cofre com a quantia de 25000 réis.

2.º A que lhe seja admittida á discussão da assembleia geral qualquer proposta que apresente á direcção para esse effeito, cujo fim seja util á associação, devendo por isso constar da ordem do dia.

3.º A tomar parte nas discussões e votação da assembleia geral.

4.º A ser eleito ou nomeado para os cargos da associação.

§ unico. Os socios que contribuirem como socios effectivos, maiores segundo a lei civil, teem voto na assembleia geral, o poderão ser votados para os cargos da associação.

Art. 9.º Todo o socio effectivo de ambos os sexos que tiver pago durante as primeiras vinte e seis semanas desde a sua admissão as respectivas quotas, e não deva á associação quantia superior a 160 réis de qualquer proveniencia, tem direito ao funeral feito pela associação, pela forma estabelecida no regulamento interno.

Art. 10.º A direcção despenderá até a quantia de réis 105000 para a realização dos funeraes dos adultos, e até á de 65000 réis com os dos menores.

Art. 11.º A associação concede ainda para pagamento dos direitos parochiaes a quantia de 15500 réis pelo fallecimento de adultos, e 15300 réis pelo fallecimento de menores.

Art. 12.º Pelo fallecimento de qualquer socio, a viuva ou viuvo, ou ainda a pessoa que as suas vezes fizer, receberá por uma só vez a quantia de 55000 réis, a titulo de subsidio para a ajuda de luto.

Art. 13.º A associação não é obrigada a fazer o funeral dos recém-nascidos com menos de seis meses de gestação, dará todavia á familia a quantia de 25000 réis para fazer o funeral á sua vontade.

Art. 14.º Se o socio ou sua familia fizer o funeral ao fallecido á sua custa, ou seja feito por outra associação, ordem ou pessoa da sua amizade, receberá o subsidio de 85000 réis, sendo adulto, e 45500 réis sendo menor de quatorze annos de idade.

§ unico. Quando se dá a circumstancia de os esposos serem ambos socios da associação, e qualquer d'elles venha a fallecer, o sobrevivente receberá a quantia correspondente ao dobro do subsidio designado neste artigo, desde que tome a seu cargo o funeral a fazer, se porem, desuajar que o mesmo funeral do fallecido seja feito a expensas da associação, apenas receberá um subsidio simples; o mesmo se observará no caso do fallecimento de algum menor, cujos paes estejam nas condições d'este paragrafo.

Art. 15.º É considerada familia do socio do sexo masculino ou do sexo feminino:

1.º A esposa ou marido, as filhas de qualquer idade e no estado de solteiras, os filhos até a idade de quatorze annos, e alem d'esta idade se por decrepitude ou doença não poder angariar os indispensaveis meios de subsistencia.

2.º Os paes dos conjuges, que por doença ou decrepitude tambem não possam obter os meios indispensaveis de subsistencia.

3.º Os filhos adoptivos de ambos os sexos, e os tutelados nas mesmas condições do n.º 1.º, na parte relativa aos filhos.

4.º A mulher que tenha o governo da casa do socio ha mais de tres mezes, se elle for solteiro ou viuvo, ou sendo casado não conviva com sua legitima mulher.

5.º As filhas viuvos, que pelo seu estado precario vivam em companhia de seus paes e sejam por estes soccorridos e amparados.

Art. 16.º Os direitos concedidos aos socios de ambos

os sexos, pelos artigos 9.º, 11.º e 14.º, são extensivos ás pessoas de familia dos mesmos designadas no artigo anterior, desde que com elles convivam.

§ 1.º As pessoas de familia designadas nos n.ºs 2.º, 3.º e 5.º do artigo 15.º, que tenham associação que lhes faça o funeral, perdem o direito ao disposto neste artigo.

§ 2.º Para que as pessoas designadas nos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 5.º possam gozar dos direitos consignados neste artigo, teem os socios de participar á direcção com a antecedencia de trinta dias, que essas pessoas estão na sua companhia.

Art. 17.º Para a entrega dos subsidios designados nos artigos 12.º e 14.º, a direcção preferirá a pessoa que mais directamente represente a familia do socio fallecido de um ou de outro sexo, segundo a ordem estabelecida no artigo 15.º e a boa razão aconselhar.

Art. 18.º Qualquer pessoa do familia do socio de um ou outro sexo, não tem direito a funeral ou a qualquer subsidio, se não conviver com o associado por motivos contrarios á moral ou se viver amancebada.

CAPITULO V

Da direcção da associação

Art. 19.º A direcção será composta de um presidente, um vice-presidente, secretario, vice-secretario, thesoureiro, dois directores effectivos e dois directores substitutos para supprirem as faltas dos effectivos, sem prejuizo de revogabilidade do mandato, sempre que a assembleia o julgue conveniente.

§ 1.º Na falta do presidente será substituido pelo vice-presidente e este pelo membro da direcção que esta escolher. Os substitutos serão chamados pela sua ordem e votação, como se acha estabelecido para os do conselho fiscal.

§ 2.º Não serão elegiveis os socios que tiverem feito parte de alguma administração dissolvida pela autoridade ou pela assembleia geral, na eleição que se seguir a essa dissolução, e bem assim aquelles a que se refere o artigo 18.º do decreto de 2 de outubro de 1896.

§ 3.º Farão sempre parte da direcção nova dois membros da direcção precedente.

Art. 20.º É da attribuição da direcção:

1.º Administrar os haveres da associação com o maior zelo e economia possivel, em conformidade com estes estatutos.

2.º Nomear os empregados que forem necessarios, arbitrar-lhes os ordenados, suspendê-los ou demitti-los, e organizar um regulamento em que sejam determinadas as obrigações de cada um.

§ unico. As demissões, suspensões ou aumentos de ordenados, serão sempre, levados ao conhecimento da assembleia geral, para serem por ella devidamente sancionados.

3.º Resolver mediante processo, como for justo ou conveniente, quando qualquer socio ou funcionario falte aos seus deveres para com a associação, applicando-lhes a pena correspondente em conformidade d'estes estatutos, a qual deverá ser confirmada pela assembleia geral, como consta do § unico do n.º 2.º d'este artigo.

4.º Enviar, com informação sua á assembleia geral, os recursos que lhe forem apresentados contra quaesquer deliberações tomadas, e os esclarecimentos que lhe forem reclamados sobre qualquer pendencia das attribuições da mesma assembleia.

5.º Nomear os funcionarios das commissões auxiliares que se julgarem de necessidade urgente para exercer algum cargo, bem como prover o logar de armador, precedendo concurso publico de tres em tres annos, cujo contrato ficará dependente da approvação da assembleia geral.

6.º Autorizar o presidente e secretario a representar a associação e assinar qualquer documento ou contrato em que a mesma possa tomar parte.

7.º Conferir diplomas dos socios que a elles tiverem direito.

8.º Determinar os dias em que devem ter logar as suas sessões ordinarias uma vez em cada quinze dias, em dia e hora certas, bem assim reunir extraordinariamente todas as vezes que julgar conveniente.

9.º Indicar ao respectivo presidente a convocação das assembleias geraes que forem necessarias para o cumprimento das disposições d'este estatuto.

10.º Providenciar o melhor possivel em qualquer circumstancia que se não ache prevenida nestes estatutos ou no seu regulamento, dando parte do uso que fizer d'esta autorização na primeira reunião da assembleia geral.

11.º Nomear um associado para representar a associação na eleição do Conselho Regional.

§ unico. A direcção precisa da maioria dos seus membros para poder funcionar, excepto quando seja segunda convocação e haja urgencia nos assuntos a resolver, porque neste caso serão validas as suas resoluções desde que não reuna com menos de dois membros.

Art. 21.º A direcção é obrigada:

1.º A ter devidamente escriturados os livros especiaes mandados organizar pelo Governo.

2.º A patentear aos socios durante quinze dias, na secretaria da associação, as contas e parecer do conselho fiscal.

3.º A prestar as mesmas contas semestralmente, e annualmente mandar imprimir o relatorio e contas geraes, bem como distribuir a cada socio um exemplar para que possa tomar parte na discussão e approvação da assembleia geral.

4.º Organizar o recenseamento geral dos socios que estejam no gozo dos seus direitos para o fim da eleição.

5.º Enviar á Repartição do Commercio e Conselho Regional, fado cada anno de gerencia e dentro dos primeiros

tres meses do anno seguinte, copia do relatorio, contas, balanços e parecer do conselho fiscal apresentados em assembleia geral.

Art. 22.º O presidente da direcção assinará os termos de abertura e encerramento de todos os livros da associação, e rubricará todas as suas folhas ou dará autorização para serem rubricadas e numeradas por outro funcionario da associação.

Art. 23.º O presidente da direcção é especialmente encarregado de executar e fazer executar todas as deliberações d'ella, do conselho fiscal e da assembleia geral, que não contrariem as disposições d'estes estatutos, assim como todos os membros que fazem parte da administração social teem por dever executar as obrigações que lhe são determinadas na lei geral, neste estatutos e seu regulamento, e finalmente empregar todos os esforços legaes para pronta arrecadação dos rendimentos pertencentes ao cofre d'esta instituição, fazendo-os entrar immediatamente no mesmo cofre.

Art. 24.º É da exclusiva competencia do presidente da direcção: dirigir os trabalhos da sessão; fazer respeitar as disposições dos estatutos e regulamento; propor os assuntos que tem de entrar em discussão; mandar proceder ás votações e annunciar o seu resultado; chamar á ordem os que d'ella se afastarem; evitar que o orador seja interrompido, ou que este ou outros membros da direcção empreguem palavras ou gestos inconvenientes; abrir e fechar as sessões quando findem os trabalhos ou quando se dê a circumstancia da sessão se tornar tumultuosa; exercer todas as mais faculdades que lhe são conferidas neste estatuto e seu regulamento, e finalmente reclamar o auxilio da autoridade sempre que o julgue necessario, ou quando seja desobedeçido ou desacatado.

Art. 25.º Aos secretarios da direcção compete: redigir as actas, lê-las e assiná-las com o presidente e mais membros da mesma, depois de approvadas, tomar nota dos membros que pedirem a palavra em sessão, e das circumstancias que se derem sobre qualquer assunto em discussão, exarar os despachos e resoluções tomadas nos respectivos documentos; dirigir e cuidar da escrituração da associação; velar pela guarda do archivo; fazer conservar com regularidade e em ordem toda a correspondencia, livros e mais documentos; processar todos os documentos da receita e despesa; fazer entrar em cofre, acompanhados de guias, todos os rendimentos da associação em poder do thesoureiro, e receber do mesmo as quantias requisitadas por mandados legalmente assinados pelo presidente, dando-lhes o destino para que forem saccadas, cobrando o recibo dos pagamentos effectuados.

§ unico. Os deveres dos restantes membros da direcção deverão ser desenvolvidos no regulamento.

Art. 26.º Haverá tantas commissões auxiliares quantas a direcção julgar necessarias para o pronto aviamento do serviço dos socios fallecidos.

§ unico. Os deveres de cada um dos membros d'estas commissões serão desenvolvidos no respectivo regulamento, os quaes serão responsaveis para com a direcção pelas faltas que commetterem.

CAPITULO VI

Do conselho fiscal

Art. 27.º Haverá um conselho fiscal composto de tres membros effectivos e dois supplentes, que substituirão qualquer dos effectivos nos seus impedimentos.

§ unico. Os membros do conselho fiscal serão eleitos juntamente com a direcção, e servirão por tempo de um anno, sem prejuizo de revogabilidade de mandato, sempre que a assembleia geral o julgue conveniente.

Art. 28.º Compete ao conselho fiscal:

1.º Examinar, sempre que o julgue conveniente, e pelo menos de tres em tres meses, as contas apresentadas pela direcção e a escrituração da associação, dando sobre estas o respectivo parecer em assembleia geral.

2.º Convocar a assembleia geral extraordinariamente, quando o julgar necessario, sendo neste caso preciso o voto unanime do conselho.

3.º Assistir ás sessões da direcção, sempre que o julgue conveniente, podendo cada um dos seus membros exercer separadamente esta attribuição, mesmo que as sessões sejam secretas.

4.º Fiscalizar a administração da associação, verificando frequentemente o estado da caixa, pelo menos de tres em tres meses.

5.º Dar parecer sobre as contas e relatorio annual apresentado pela direcção.

6.º Geralmente vigiar que as disposições da lei geral e dos estatutos sejam observadas pela direcção.

§ unico. Quando faltar o presidente do conselho, será substituido pelo secretario, sendo o logar d'este occupado pelo relator, como está indicado para a direcção.

CAPITULO VII

Da assembleia geral

Art. 29.º A assembleia geral é a reunião de todos os socios do sexo masculino, maiores segundo a lei civil e no pleno gozo dos seus direitos, previamente avisados por annuncio em um dos jornaes mais lidos d'esta cidade, e por avisos especiaes dirigidos aos socios com a anticipação de tres dias, pelo menos, designando o dia, hora, local da reunião e assuntos a tratar, convocada ordinaria ou extraordinariamente pelo seu presidente, sempre que este o julgar conveniente ou quando seja requerida por quinze socios no gozo dos seus direitos, indicada pela direcção ou convocada pelo conselho fiscal, funcionando a primeira convocação logo que estejam presentes 20 socios no gozo dos seus direitos, alem dos que fizerem parte da direcção, conselho fiscal ou mesa da assembleia geral.

§ unico. Os socios do sexo masculino que não comparecerem nas assembleias geraes delegam os seus votos nos socios presentes; porem, querendo, podem fazer-se representar por outros socios no pleno gozo dos seus direitos sociaes, por meio de procuração particular assinada pelo socio e reconhecida por tabellião, designando nella os poderes especiaes conferidos. Cada socio que apresentar este documento, que ficará archivado na secretaria, terá dois votos.

Art. 30.º Haverá tres sessões ordinarias da assembleia geral em cada anno, sendo duas para a apresentação de contas num dos domingos dos meses de fevereiro e agosto, e outra em um dos domingos do mês de novembro para a eleição da mesa da assembleia geral, direcção e conselho fiscal.

§ unico. Nas assembleias ordinarias poder-se-ha tratar de outros assuntos indicados na ordem do dia.

Art. 31.º A mesa da assembleia geral será composta de um presidente, um vice-presidente e de um secretario e vice-secretario, eleita annualmente. Os socios que tiverem sido eleitos em dois annos successivos só poderão, porem, ser reeleitos um anno depois de terem findado as suas funcções; o vice-presidente e os vice-secretarios substituem os effectivos.

§ unico. As funcções do presidente, do vice-presidente, dos secretarios e vice-secretario, são gratuitas e não podem ser exercidas por individuos que recebam estipendio da associação, forneçam para ella quaesquer objectos ou tenham com ella contratos de qualquer natureza.

Art. 32.º A assembleia geral compete:

1.º Eleger no dia designado no artigo 30.º os corpos gerentes da associação.

2.º Deliberar sobre a alteração d'estes estatutos e respectivo regulamento.

3.º Tomar contas á direcção, approvando-as ou reprovando-as, tornando effectiva a responsabilidade dos seus membros e dos do conselho fiscal sobre as mesmas contas e actos da direcção.

4.º Conhecer da approvação dos contratos celebrados pela direcção com o armador para os serviços dos funeraes.

5.º Resolver os recursos sobre os castigos applicados aos socios e funcionarios, observando-se acerca d'estes recursos as regras estabelecidas no respectivo regulamento.

§ 1.º A sessão ordinaria para a discussão dos actos da gerencia semestral ou annual, com o respectivo relatório e parecer do conselho fiscal, só poderá ter lugar depois de estarem esses documentos patentes durante quinze dias na secretaria da associação, para serem examinadas pelos socios.

§ 2.º Na hypothese da convocação da assembleia geral ser requerida por quinze socios, e não se effectuar dentro de quinze dias, será convocada pelo administrador do bairro, quando as mesmos socios assim o requeirarem áquella autoridade, fundados nos preceitos referidos no artigo 8.º, n.º 1.º

§ 3.º Todo o socio tem direito de protestar contra as resoluções e actos contrarios ao estatuto e á lei.

Art. 33.º A assembleia geral considerar-se-ha legalmente constituida depois de uma hora de espera, marcada desde a hora da convocação, estando presente o numero de socios de que trata o artigo 29.º

§ unico. Quando a assembleia geral, regularmente convocada segundo as regras prescritas neste estatuto, não possa funcionar por falta de numero de socios, será feita convocação para nova reunião, que terá lugar dentro de quinze dias, mas não antes de oito, considerando-se validas as deliberações tomadas nesta segunda reunião, qualquer que seja o numero de socios presentes.

Art. 34.º O presidente da mesa da assembleia geral ou quem suas funcções desempenhar, gozará das mesmas attribuições e facultades que competem ao da direcção, pelo disposto no artigo 24.º, e os secretarios da mesa teem as mesmas attribuições dos da direcção, consignadas no artigo 25.º, relativamente ao expediente e a todos os mais assuntos referentes á assembleia geral.

Art. 35.º A eleição de que trata o artigo 30.º será feita por listas em escrutinio secreto e pelo caderno dos socios recenseados, a que se refere o n.º 4.º do artigo 21.º, observando-se a este respeito o que determina o regulamento sob pena de nullidade.

§ 1.º Quando a assembleia unanimemente o resolve, a eleição poderá ser feita por aclamação.

§ 2.º Os trabalhos eleitoraes serão dirigidos pela mesa da assembleia geral e mais dois escrutinadores nomeados pela assembleia, seguindo-se em todo o acto eleitoral as determinações da lei eleitoral vigente.

CAPITULO VIII
Disposições penaes

Art. 36.º As transgressões das disposições d'este estatuto e seu regulamento serão accusados por meio de participação escrita, dirigida á direcção, tanto pelos socios em geral, como pelos membros d'esta ou por qualquer funcionario da associação, conforme as regras estabelecidas no regulamento interno, e essa participação constituirá começo de processo para julgamento do accusado.

§ 1.º O julgamento a que se refere este artigo terá lugar em primeira instancia, em sessão publica da direcção, estando presente o accusado, o participante, as testemunhas de accusação e defesa que forem indicadas por ambas as partes, para o que serão previamente avisadas com quarenta e oito horas officialmente, sem o que não poderá effectuar-se o julgamento, salvo se o transgressor deixar de comparecer por motivo justificado.

§ 2.º O accusado pode nomear para seu defensor qualquer socio da associação no gozo dos seus direitos.

§ 3.º A applicação das penas será feita em harmonia com as disposições d'este capitulo e segundo os factos arguidos; da pena imposta pode o delinquente recorrer para a assembleia geral ou tribunal arbitral.

Art. 37.º Será eliminado de socio, sem direito a reclamar qualquer quantia com que tenha entrado para a associação:

1.º O que se aproveitar dos beneficios da associação para qualquer pessoa que não tenha direito a elles.

2.º O que, aproveitando-se do funeral feito pela associação ou do respectivo donativo, se provar que andou mendigando ou consentiu que alguém o andasse fazendo para as despesas do funeral.

3.º O que não cumprir as obrigações que disserem respeito aos cargos para que foi eleito ou nomeado, salvo motivo justificado e reconhecido pela direcção.

4.º O que na casa onde funcionar a associação ou fora d'ella desacatar qualquer associado ou funcionario em exercicio das suas funcções.

5.º O que se recuse a prestar contas dos seus actos sociaes nas epocas determinadas neste estatuto e seu regulamento, ou a fazer entrega de qualquer quantia pertencente á associação.

6.º O que subtrair por qualquer modo, ou não apresentar, nos prazos indicados pela direcção, quaesquer quantias ou objectos pertencentes á associação.

7.º O que tiver sido castigado com pena de suspensão de direitos, por faltas commettidas contra as disposições d'este estatuto, por tres vezes.

8.º O que, seja porque motivo for, deixe de dar posse do cargo que estiver exercendo, aos socios eleitos ou nomeados legalmente pela assembleia geral, nos prazos indicados por estas ou designados expressamente por este estatuto e pela lei geral.

9.º O funcionario que tiver contratos com os socios na intenção de prejudicar a associação ou os seus fornecedores.

10.º O que por meios caluniosos promover o descrédito da associação, ou transformar a verdade dos factos praticados pela mesa da assembleia geral, conselho fiscal, direcção, funcionarios ou qualquer socio em actos associativos.

Art. 38.º Será suspenso dos direitos que a associação concede o socio:

1.º Que der uma parte reconhecida como falsa.

2.º Que, tendo conhecimento de qualquer infracção d'este estatuto, não o participe á direcção.

3.º Que, usando da palavra nas sessões de direcção, conselho fiscal, assembleia geral, ou qualquer outra sessão pertencente á associação, empregue palavras inconvenientes e se negue a retirá-las quando o presidente a isso o intime, ou que interrompa o socio que estiver no uso legal da palavra, sem o consentimento d'este.

§ unico. As suspensões de que trata este artigo serão pela primeira vez de oito a trinta dias; pela segunda vez de quarenta a oitenta dias e pela terceira vez de noventa a cento e oitenta dias; á quarta vez será eliminado de socio, em harmonia com o n.º 7.º do artigo 37.º

Art. 39.º O socio ou socia que fallecer em qualquer hospital e por elle seja sepultado por abandono da familia, e se prove esta circumstancia, a mesma familia não tem direito a subsidio algum da associação.

Art. 40.º Perderá todos os direitos adquiridos nesta associação e as quantias com que tiver entrado no seu cofre:

1.º O que se despedir ou for eliminado de socio;

2.º O que chegar a dever cincoenta e duas quotas semanais ou á importancia da joia e respectivas quotas mensaes, sem motivo justificado, e reconhecido pela direcção até a data do maximo debito.

3.º O que for julgado e condemnado pelos tribunaes a cumprir degredo.

§ unico. Ficam comprehendidos nas disposições d'este artigo os socios que se ausentarem para fora do districto social, com a obrigação de continuarem com os seus pagamentos e de deixarem de os satisfazer.

Art. 41.º Não serão concedidos os beneficios da associação ao socio que sem motivo justificado e reconhecido pela direcção dever ao cofre quantia superior a 160 réis de qualquer proveniencia, podendo porem o socio amortizar o seu debito aos pagamentos de cinco quotas semanais ou valor correspondente, recuperando os seus direitos logo que esteja satisfeito o seu debito.

Art. 42.º Das decisões da direcção sobre castigos applicados aos socios podem estes recorrer para a assembleia geral, dentro do prazo de quinze dias, devendo a petição de recurso, devidamente documentada, ser apresentada á recorrida, a fim de que, depois de informada por ella, seja apresentada á primeira assembleia geral que se tiver de realizar, observando-se as demais formalidades estabelecidas no regulamento.

CAPITULO IX
Disposições geraes

Art. 43.º O fundo da associação compõe-se do producto das quotas semanais ou mensaes, joias, cadernetas, estatutos e requerimentos a que são obrigados os socios, e do rendimento do capital e outros quaesquer rendimentos e donativos.

§ 1.º Depois de satisfeitos todos os encargos da associação, o remanescente passará a formar fundo de reserva, que será empregado em titulos da divida publica ou em outros quaesquer que offereçam maior garantia, o que só poderá ser resolvido pela assembleia geral.

Art. 44.º As deliberações tomadas pela assembleia geral e os actos praticados pela direcção, conselho fiscal ou mesa, contra os preceitos da lei ou dos estatutos não obrigam a associação, e todos os que tomarem parte em taes actos ou deliberações ficam, pelos seus effectos, pessoal e solidariamente responsaveis, salvo o caso de protesto.

§ 1.º Todo o socio tem o direito de protestar contra as resoluções e actos contrarios á lei ou aos estatutos.

§ 2.º Qualquer socio pode, independentemente de protesto, recorrer para o tribunal arbitral, das resoluções das assembleias geraes ou dos actos da direcção, conselho fiscal ou mesa, contrarios á lei ou dos estatutos.

§ 3.º As deliberações da assembleia geral e da direcção, conselho fiscal ou mesa, provam-se pelas respectivas actas, cujas certidões devem ser passadas, independentemente de despacho, pelo respectivo secretario dentro de oito dias, depois de requeridas por qualquer socio ou requisitadas pelo Conselho Regional, sendo gratuitas as que se destinem a instruir qualquer recurso para a assembleia ou tribunal arbitral.

Art. 45.º Os annos de gerencia serão sempre regulados por annos civis, devendo a mesa da assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal, entrar em exercicio no dia 1 de janeiro de cada anno, sendo-lhes feita entrega, pelos corpos gerentes que findam o seu mandato, de todos os valores e objectos que tenham sido confiados á sua guarda e administração, por meio de um inventario, no qual os novos eleitos passarão a competente quitação.

Art. 46.º O regulamento especial para a execução das disposições d'este estatuto desenvolverá as attribuições e deveres inherentes aos cargos, ás regalias e obrigações dos associados em geral, e á maneira como devem ser cumpridas.

Art. 47.º No caso de a associação ter que liquidar por alguns dos motivos indicados no artigo 24.º, seus numeros e paragraphos do decreto de 2 de outubro de 1896, os valores existentes depois de satisfeitas as dividas ou consignadas as quantias necessarias para isso, serão divididas pelos socios e socias existentes, no pleno gozo dos seus direitos, na proporção do saldo liquido com que cada um tiver contribuido, observando-se em tudo os preceitos estabelecidos pelos artigos 25.º, 26.º e 27.º do citado decreto.

Art. 48.º Este estatuto não poderá ser reformado sem que a assembleia geral, especialmente convocada para esse fim, o resolva, devendo nomear uma comissão para elaborar o respectivo projecto ou delegar esse encargo na direcção, a fim de que, depois de discutido e approvedo pela assembleia, seja submettido á approvação do Governo, sem a qual não poderá vigorar.

Art. 49.º Nos casos omissos e duvidosos, a assembleia geral resolverá o assunto, sempre de accordo com o decreto de 2 de outubro de 1896, ao qual e ás leis geraes em vigor ficam sujeitos em todas as suas vantagens, regalias e obrigações, os membros da assembleia geral, os da direcção e conselho fiscal, bem como todos os demais associados e diferentes funcionarios da associação, quer no que lhe diga respeito collectivamente, quer no que respeite especialmente a cada um de per si.

BANCO MERCANTIL DE VIANNA

Balanco em 31 de janeiro de 1910

ACTIVO	
Caixa.....	7:691\$577
Caixa — depositado em outros Bancos.....	7:519\$045
Fundos fluctuantes.....	70:872\$620
Acções de conta propria.....	89:500\$000
Letras descontadas.....	71:868\$040
Letras a receber.....	5:549\$553
Agencias e correspondencias.....	7:679\$812
Contas correntes com garantia.....	27:988\$715
Empréstimos sobre penhores.....	1:670\$000
Devedores geraes.....	28:484\$496
Móveis e utensilios.....	400\$000
Hypotheças de raiz.....	13:744\$710
Predios arrematados.....	4:613\$635
Caução da gerencia.....	4:000\$000
Valores depositados.....	66:895\$000
	408:422\$253

PASSIVO	
Capital.....	250:000\$000
Fundo de reserva.....	22:000\$000
Reserva para prejuizos eventuaes.....	2:237\$530
Depositantes á ordem.....	32:281\$255
Depositantes á prazo.....	12:548\$562
Dividendos a pagar.....	6:063\$000
Credores geraes.....	10:120\$706
Gerencia do Banco.....	4:000\$000
Credores de valores depositados.....	66:895\$000
Ganhos e perdas.....	2:276\$200
	408:422\$253

Vianna do Castello, 10 de fevereiro de 1910. — Pelo Banco Mercantil de Vianna, os Gerentes, Antonio Gonçalves da Silva Carvalho — J. J. Lopes Guimarães.

Está conforme o duplicado, que fica archivado nesta repartição.

Repartição do Commercio, em 10 de novembro de 1910. — Pelo Chefe da Repartição, J. da C. Terenas.

BANCO DO ALEMTEJO

(Sociedade anonyma de responsabilidade limitada)

Capital 1.200:000\$000 réis

Balancete em 31 de janeiro de 1910

ACTIVO	
Acções recolhidas para 2.ª emissão.....	600:000\$000
Caixa — dinheiro em cofre.....	65:742\$479
Empréstimos e contas correntes com caução.....	758:236\$993

Empréstimos com caução das próprias acções	7-1824735
Letras (sobre o país) descontadas e transferencias	657.775.123
Letras a receber	2-829.830
Fundos fluctuantes	7-262.500
Acções proprias existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 12 de julho de 1894	11.100.000
Devedores geraes	17.240.061
Agencias e correspondencias	170.062.229
Effeitos depositados	62.500.000
Propriedade em venda	3.760.689
Transações suspensas	333.000
Mobiliã e utensilios	400.000
Edificio do Banco	9.019.431
Total	2.373.444.770

PASSIVO

Capital	1.200.000.000
Fundo de reserva	135.000.000
Depositos a ordem	125.993.649
Depositos a prazo	726.715.049
Caixa economica	50.336.735
Credores geraes	20.046.395
Dividendos a pagar	3.903.500
Agencias e correspondencias	168.839
Credores de effeitos depositados	62.500.000
Reserva para amortização de prejuizos	1.123.132
Imposto de rendimento	115.335
Ganhos e perdas	47.542.136
Total	2.373.444.770

Evora, 12 de fevereiro de 1910.—O Director de serviço, *Luiz de Braham Castel-Branco*.—O Guarda-livros, *Augusto Cardoso de Campos Ennes*.

Está conforme o duplicado, que fica archivado nesta repartição.

Repartição do Commercio, em 10 de novembro de 1910.—Pelo Chefe da Repartição, *J. da C. Terenas*.

BARCO EBORENSE

(Sociedade anonyma de responsabilidade limitada)

Capital 1.000.000.000 réis

1.ª, 2.ª e 3.ª emissões — 550.000.000 réis

Balancete em 31 de janeiro de 1910

ACTIVO

Caixa — dinheiro em cofre	97.890.972
Dinheiro depositado em outros bancos	124.434.355
Fundos fluctuantes	5.215.000
Letras (sobre o país) descontadas e transferencias	525.326.093
Letras a receber	1.782.354
Empréstimos por creditos em conta corrente:	
Com fiança e hypotheca	887.810.897
Com caução das proprias acções	54.483.430
Total	942.324.327
Empréstimos sobre penhores	15.294.975
Empréstimos hypothecarios	129.748.680
Correspondencias, nossa conta	15.714.881
Devedores geraes	19.082.703
Edificio do Banco	8.000.000
Propriedades diversas	33.088.816
Valores em deposito	12.839.626
Total	1.930.683.382

PASSIVO

Capital	550.000.000
Fundo de reserva	162.000.000
Depositos a prazo	924.069.269
Depositos em conta corrente	137.565.810
Dividendos a pagar	2.516.400
Credores geraes	13.152.141
Caixa economica	64.717.192
Correspondencias, sua conta	8.698.646
Imposto de rendimento	46.8961
Ganhos e perdas	67.916.868
Total	1.930.683.382

Evora, 4 de fevereiro de 1910.

Está conforme.—O Director de serviço, *J. A. Silveira Moreno*.—O Guarda-livros, *João Rodrigues de Magos Jorga*.

Está conforme o duplicado, que fica archivado nesta repartição.

Repartição do Commercio, em 10 de novembro de 1910.—Pelo Chefe da Repartição, *J. da C. Terenas*.

BARCO COMMERCIAL DE GUIMARÃES

Balancete do activo e passivo em 31 de janeiro de 1910

ACTIVO

Caixa — dinheiro em cofre	10.114.767
Fundos fluctuantes	4.040.000
Acções proprias existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 11 de julho de 1894	55.000
Letras descontadas e transferencias	168.216.435
Letras a receber	145.145
Empréstimos e contas correntes com caução	18.499.880
Correspondentes no país	13.427.290
Devedores geraes	15.128.463
Letras protestadas e em liquidação	28.021.235
Empréstimos sobre hypothecas	4.648.649
Propriedades arrematadas	21.332.539
Effeitos depositados	11.850.000
Edificio do Banco	10.000.000
Movels, casa forte e utensilios	400.000
Total	305.874.173

PASSIVO

Capital	146.000.000
Fundo de reserva	4.515.000
Fundo para liquidações	22.234.395
Depositos a ordem	2.353.835
Depositos a prazo	40.958.139
Dividendos a pagar	1.275.000
Credores geraes	69.297.850
Correspondentes no país	1.306.460
Credores por effeitos depositados	11.850.000
Lucros e perdas	6.083.094
Total	305.874.173

Guimarães, 31 de janeiro de 1910.—Os Directores, *Joaquim Ferreira dos Santos* e *Manuel Antonio da Silva Villaça*.

Está conforme o duplicado, que fica archivado nesta repartição.

Repartição do Commercio, em 10 de novembro de 1910.—Pelo Chefe da Repartição, *J. da C. Terenas*.

Repartição da Propriedade Industrial
1.ª Secção

Relação dos registos de marcas caducados no mês de setembro de 1910

Numero do registro	Classe	Começo da vigencia do registro	Data em que caducou o registro	Nome do proprietario da marca
3:318	68.ª	7-9-1900	7-9-1910	Eurico Allen

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 1 de outubro de 1910.—O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Relação dos registos de marcas caducados no mês de outubro de 1910

Numero do registro	Classe	Começo da vigencia do registro	Data em que caducou o registro	Nome do proprietario da marca
4:096	69.ª	20-10-1900	20-10-1910	Empresa das Aguas do Ramalhão.
4:199	64.ª e 68.ª	"	"	Rebello de Andrade & C.ª
4:234	23.ª	"	"	Francisco Candido Moreira da Silva.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 1 de novembro de 1910.—O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Relação dos registos de marcas renovados no mês de novembro de 1910

Numero do registro	Classe	Começo da vigencia do registro	Data do despacho da renovação do registro	Data da terminação do registro	Nome do proprietario da marca
3:859	2.ª	3-11-1900	24-10-1910	3-11-1920	Bernardino, Filhos & Ribeiro.
3:977	29.ª	"	4-11-1910	"	Manuel A. F. Callado & C.ª
4:195	2.ª	7-11-1900	24-10-1910	7-11-1920	J. Wimmer & C.ª
4:240	68.ª	3-11-1900	"	3-11-1920	Valente, Costa & C.ª
4:243	64.ª	"	"	"	Os mesmos.
4:247	79.ª	7-11-1900	"	7-11-1920	Companhia Portuguesa Hygiene.
4:248	68.ª	3-11-1900	"	3-11-1920	E. Pinto Alves & C.ª
4:249	68.ª	"	10-11-1910	"	Companhia Vinicola Portuguesa.
4:250	68.ª	"	24-10-1910	"	A mesma.
4:251	68.ª	"	29-10-1910	"	A mesma.
4:252	68.ª	"	24-10-1910	"	A mesma.
4:253	68.ª	"	29-10-1910	"	A mesma.
4:254	68.ª	"	24-10-1910	"	A mesma.
4:263	72.ª	7-11-1900	"	7-11-1920	Companhia Portuguesa Hygiene.
4:266	68.ª	"	"	"	Slater Rodger & Company, Limited.
4:290	68.ª	29-11-1900	"	29-11-1920	Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal.
4:291	68.ª	"	"	"	Antonio Bastos.
4:292	68.ª	"	"	"	O mesmo.
4:293	62.ª	"	"	"	V.ª Firmin Jullien, Succesaeure
4:295	11.ª	"	7-12-1910	"	Brandram Brothers & Company, Limited.
4:296	11.ª	"	"	"	A mesma.
4:298	47.ª	"	24-10-1910	"	Guilherme Graham Junior & C.ª
4:304	13.ª	30-11-1900	"	30-11-1920	Henry Bachofen & C.ª
4:305	11.ª	"	"	"	Os mesmos.
4:306	11.ª	"	"	"	Os mesmos.
4:307	11.ª	"	"	"	Os mesmos.
4:308	13.ª	29-11-1900	"	29-11-1920	Os mesmos.
4:308-A	11.ª	"	"	"	Os mesmos.
4:309	11.ª	30-11-1900	"	30-11-1920	Os mesmos.
4:311	11.ª	"	"	"	Os mesmos.
4:317	79.ª	"	7-12-1910	"	Francisco Julio Tavares de Magalhães.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 7 de dezembro de 1910.—O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Relação dos registos de marcas caducadas no mês de novembro de 1910

Numero do registro	Classe	Começo da vigencia do registro	Data em que caducou o registro	Nome do proprietario da marca
3:658	75.ª	25-11-1900	25-11-1910	F Santos Diniz.
4:081	29.ª	3-11-1900	3-11-1910	Antonio Luis de Sousa.
4:202	79.ª	"	"	Manuel Thiago Henriques Delgado.
4:222	68.ª	"	"	Silva, Carneiro & C.ª
4:223	68.ª	"	"	Os mesmos.
4:256	10.ª	7-11-1900	7-11-1910	Companhia das Lezirias do Tejo e Sado.
4:257	68.ª	"	"	A mesma.
4:258	68.ª	"	"	A mesma.
4:260	66.ª	"	"	A mesma.
4:261	5.ª	"	"	A mesma.
4:262	68.ª	3-11-1900	3-11-1910	Oliveira & Filho.
4:265	14.ª e 58.ª	19-11-1900	19-11-1910	Claus & Schweder.
4:265-A	58.ª	"	"	Claus & Schweder, Successor
4:267	14.ª	"	"	Os mesmos.
4:268	58.ª	"	"	Os mesmos.
4:269	29.ª	7-11-1900	7-11-1910	Campos & Moraes.
4:271	64.ª	"	"	Henry Bachofen & C.ª
4:272	17.ª	"	"	Os mesmos.
4:273	75.ª	"	"	Os mesmos.
4:274	68.ª	13-11-1900	13-11-1910	Thomaz Alva Edison
4:277	68.ª	"	"	Antonio Camillo de Almeida Carvalho.
4:279	68.ª	"	"	Antonio Xavier de Araujo.
4:280	68.ª	19-11-1900	19-11-1910	Segundo Alonso Martinez
4:281	68.ª	"	"	O mesmo.
4:282	68.ª	"	"	O mesmo.
4:283	68.ª	"	"	O mesmo.
4:284	68.ª	13-11-1900	13-11-1910	O mesmo.
4:287	68.ª	"	"	João Bastos Junior.
4:288	68.ª	"	"	Constantino de Almeida
4:294	68.ª	14-11-1900	14-11-1910	Companhia da Zambezia
4:297	19.ª	29-11-1900	29-11-1910	Wandschneider & C.ª
4:299	68.ª	"	"	Stewarts & Loyds, Limited
4:300	68.ª	"	"	John de Kuyper & Son
4:301	11.ª	"	"	Wandschneider & C.ª
4:302	72.ª	"	"	Carlos Reddelien.
4:303	72.ª	"	"	Bernardino dos Santos Leitão
4:310	11.ª	30-11-1900	30-11-1910	O mesmo.
4:313	11.ª	"	"	Henry Bachofen & C.ª
4:314	79.ª	"	"	Os mesmos.
4:315	68.ª	29-11-1900	29-11-1910	Daloz & C.ª
4:315-A	62.ª	"	"	Ribeiro & Aguas.
4:316	39.ª	"	"	Os mesmos.
4:319	52.ª	"	"	Max Jasper.
4:320	64.ª	"	"	Philippe Henry Pastor, fils.
4:480	79.ª	19-11-1900	19-11-1910	Guilherme Pereira Barbedo
4:481	79.ª	"	"	Guerin Delangrenier.
4:482	79.ª	"	"	O mesmo.
4:483	79.ª	"	"	O mesmo.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 7 de dezembro de 1910.—O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

Repartição de Ensino Industrial e Commercial

Aviso

Devendo proceder-se brevemente á revisão da lei organica do ensino elementar industrial e commercial, foi determinado por S. Ex.^a o Ministro do Fomento que provisoriamente, e até resolução em contrario, não sejam providos os logares de professores vagos ou que vagarem nas escolas destinadas ao referido ensino, e sejam suspensas as provas dos concursos abertos para preenchimento d'esses logares.

Director Geral do Commercio e Industria, em 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

TRIBUNAES

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Recurso n.º 13:349, em que é recorrente Francisco Mantero, Limitada, e recorrida a Fazenda Nacional. Relator o ex.^{mo} vogal effectivo doutor Abel Pereira de Andrade.

Accordam os do Supremo Tribunal Administrativo:

Mostra-se do presente processo que, perante a junta dos repartidores do 1.º bairro de Lisboa, reclamou a firma commercial Francisco Mantero, Limitada, porque fôra, em 1909, collectada como *negociante*, quando apenas era agente commercial, allegando:

— que, apesar do accordão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de junho de 1909, no *Diário do Governo* n.º 188, a jurisprudencia fixada no accordão do mesmo Supremo Tribunal, de 24 de novembro de 1891, no *Diário do Governo* n.º 51, considera *negociantes* os individuos que importam e exportam mercadorias por sua conta;

— que a inscrição da reclamante em 1909, como em 1908, teve apenas por base a informação de um empregado subalterno, dependente do escrivão de fazenda, o qual erradamente informou que a reclamante fazia commercio de importação e exportação em larga escala por conta propria;

— que, se a Alfandega de Lisboa passasse a certidão, que, para instruir o processo de recurso referente á collecta de 1908, insistentemente requereu a reclamante, ficava com cedo provada a reclamação; e — não devendo a reclamante ser prejudicada por falta de uma certidão que a Alfandega declara não poder passar — é incontestavel preceito de justiça exigir ao escrevente-informador, como á reclamante, a prova das respectivas allegações;

— que, a despeito da faculdade que a firma se outorgou de exercer qualquer outro ramo de commercio, as suas operações são todas de conta alheia, mediante requisição ou consignação dos committentes, em cujos nomes os despachos são effectuados, como prova com testemunhas, cujo rol junta, nos termos do artigo 108.º, § 2.º do regulamento de 16 de julho de 1896;

— que, se a prova testemunhal d'esta ultima allegação, feita em 1908, não foi completa, não resultou esse facto da natureza dos actos que a reclamante pratica, nem da forma categorica por que depuseram as testemunhas, mas da maneira como foram redigidos os respectivos depoimentos;

Mostra-se que a reclamante instruiu a sua reclamação com os n.ºs 51 (1898) e 188 (1909) do *Diário do Governo*, em que foram publicados os accordões do Supremo Tribunal Administrativo, de 24 de novembro de 1897 e de 30 de junho de 1909, com o termo da inquirição das testemunhas, a fl. 16-18, e com uma informação do presidente da Associação Commercial de Lisboa, a fl. 18;

Mostra-se que a junta dos repartidores, tomando em consideração o depoimento das testemunhas e a informação da Associação Commercial de Lisboa, deferiu a reclamação;

Mostra-se que d'esta decisão recorreu o escrivão de fazenda, allegando:

— que era offensiva dos preceitos legais (regulamento de 16 de julho de 1896, artigos 10.º e 28.º) e contrária á jurisprudencia do Supremo Tribunal Administrativo, fixada no accordão de 30 de junho de 1909, citado, proferido em processo respeitante á collecta de 1908 da firma recorrida;

— que as condições commerciaes da firma recorrida no anno de 1909, eram precisamente iguaes ás do anno anterior, subsistindo, por isso, os mesmos argumentos que demonstravam dever manter-se-lhe a classificação de *negociante*, baseada nas informações officiaes, no citado accordão de 1909, e na propria escritura de constituição da sociedade por quotas. Francisco Mantero, Limitada, artigos 2.º e 4.º, a fl. 4;

Mostra-se que a junta dos repartidores, informando, sustentou a sua decisão;

Mostra-se que, por sentença de 29 de outubro de 1909, o juiz de direito da 1.ª vara de Lisboa concedeu provimento no recurso;

Mostra-se que d'esta sentença vem o presente recurso;

O que tudo visto e ponderado, ouvido o Ministerio Publico:

Considerando que as partes são legitimadas e os proprios que estão em juizo, e que, neste recurso, interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente;

Considerando que a presunção, deduzida das informações officiaes do escrevente-informador, sobre que assentou a inscrição da firma recorrente como *negociante* na

matriz industrial de 1909, pode ser illidida com prova juridica em contrario, e as testemunhas, de fl. 16-18, inquiridas nos termos do artigo 108.º § 2.º do regulamento de 16 de julho de 1896, provam inequivocamente que a firma recorrente exerce exclusivamente o commercio de commissão — asserto este que não é efficazmente contrariado pelo artigo 4.º da citada escritura ou pelo documento, de fl. 6;

Considerando que o accordão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de junho de 1909, foi proferido em processo, pertencente á firma recorrente, em que a presunção deduzida das informações officiaes não foi illidida pela prova testemunhal;

Considerando que, nestes termos, não consta provado do processo que a firma recorrente se tenha resolvido a explorar o commercio de importação e exportação de generos coloniaes por conta propria, como lhe permite o artigo 2.º da citada escritura;

Considerando a informação do Ministerio Publico, a fl. 67 e v.;

Concedem provimento no recurso.

Sem custas, nem sellos, por não serem devidos.

Sala das sessões do Tribunal, em 23 de novembro de 1910. — *Abel de Andrade* = *M. Paes* = *T. Pizarro*. — Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme. — Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 30 de novembro de 1910. — O Secretario Geral, *Julio Cesar Cau da Costa*.

Recurso n.º 13:509 em que é recorrente o delegado do Procurador da Republica na 1.ª vara da comarca do Porto e recorridos a Confraria do Santissimo Sacramento e Almas da villa Nune, concelho de Cabeceiras de Basto. Relator o Ex.^{mo} vogal extraordinario Arthur Torres da Silva Fevereiro.

Accordam, em conferencia, os do Supremo Tribunal Administrativo, no processo do recurso n.º 13:509, em que é recorrente o agente do Ministerio Publico na 1.ª vara da comarca do Porto e recorrida a Confraria do Santissimo Sacramento e Almas de Villa Nune, do concelho de Cabeceiras de Basto, que estando, como dos autos consta, legalmente constituida a mesma confraria, e exercendo estas funções de caridade e beneficencia, incluindo a instrucção gratuita, se acha por isso isenta de contribuição de registo pelo legado de 8:000\$000 réis, com que foi contemplada no testamento de José Teixeira da Costa Basto, por força do disposto no artigo 7.º, n.º 4.º, do regulamento de 23 de dezembro de 1899, como pelo juiz de direito da vara sobredita foi julgado na sentença recorrida, a qual confirmam pelos seus fundamentos.

Sem custas nem sellos

Sala das sessões do Tribunal, em 30 de novembro de 1910. — *Fevereiro* = *Pizarro* = *Andrade*. — Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme. — Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 7 de dezembro de 1910. — O Secretario Geral, *Julio Cesar Cau da Costa*.

Recurso n.º 13:551, em que é recorrente o escrivão de fazenda do concelho de Torres Vedras, e recorrido José de Sousa, morador em Lisboa, calçada de S. João Nepomoceno n.º 4, 4.º Relator o Ex.^{mo} vogal extraordinario Dr. Arthur Torres da Silva Fevereiro.

Visto este processo:

Mostra-se, que João Correia, do logar da Abhadia, concelho de Torres Vedras, por escritura de 25 de março ultimo fez a José de Sousa, morador em Lisboa, doação do dominio emphyteutico de dois predios urbanos e tres rusticos, sitios no dito concelho, com a clausula de uma pensão mensal de 7\$500 réis para o doador, que ficou tambem com o direito de habitar tambem uma das casas doadas;

Avaliados os bens em 326\$280 réis e computada a pensão em 1:800\$000 réis, foi liquidada a contribuição por titulo oneroso no total de 192\$780 réis, com a declaração de nenhuma ser devida por titulo gratuito, na conformidade do n.º 11.º do artigo 11.º do regulamento de 23 de dezembro de 1899;

Contra esta liquidação reclamou o donatario arguindo não lhe ser applicavel o preceito do citado numero, o qual entende ser restricto ao caso de haver nas doações oneradas com pensões, saldo favoravel para os donatarios; por isso, e invocando tambem o n.º 1.º do § 2.º do artigo 48.º do mesmo regulamento, conclue por pedir que se julgasse não ser devida contribuição de registo, ou dever-se apenas por titulo gratuito.

Por este segundo termo de alternativa, decidiu o juiz de direito da comarca de Torres Vedras pelo principal fundamento de que nos termos do n.º 1.º do § 2.º do artigo 48.º não se consideram encargos, para os effectos da liquidação da contribuição de registo, as reservas de pensão a favor do doador, e que por esta disposição especial se deve entender e restringir a generica do n.º 11.º do citado artigo 11.º, que tem por applicavel somente ao caso de haver a deducção de pensões com encargo;

D'esta sentença recorreu o escrivão de fazenda no dito concelho, sustentando a legalidade da liquidação por titulo oneroso, no qual concorda tambem o Ministerio Publico perante este tribunal;

O que visto; e

Considerando, que nos termos do n.º 11.º do artigo 11.º do regulamento de 23 de dezembro de 1899, — quando a transmissão se operar por meio do doações com entradas ou pensões, a contribuição será calculada por titulo one-

roso sobre a importancia d'ossas entradas, e por titulo gratuito sobre o excesso que houver entre o valor dos bens doados e o das mesmas entradas, menos no caso do n.º 2.º do artigo 7.º;

Considerando, que este preceito não tem no citado diploma outra excepção mais que a do n.º 2.º do referido artigo 7.º;

Considerando, que o disposto no artigo 48.º, § 2.º, n.º 1.º, declarando não se considerar encargo na liquidação da contribuição de registo por titulo gratuito a reserva de pensão em favor do devedor, não só não contradiz a disposição do citado n.º 11.º, mas tambem com ella concorda, visto que essa reserva não é attendida para o effecto d'aquella liquidação, mas sim para se calcular sobre a respectiva importancia o imposto de transmissão por titulo oneroso;

Considerando, que portanto na especie d'este processo a contribuição de registo por titulo oneroso foi liquidada em conformidade com as disposições em vigor neste assunto;

Accordam os do Supremo Tribunal Administrativo em conceder provimento no presente recurso, ficando assim revogada a sentença recorrida e confirmada a sobredita liquidação.

Custas e sellos pelo recorrido.

Sala das sessões do Tribunal, em 30 de novembro de 1910. — *Fevereiro* = *T. Pizarro* = *Andrade*. — Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme. — Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 7 de dezembro de 1910. — O Secretario Geral, *Julio Cesar Cau da Costa*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Director Geral

2.ª Repartição

Em conformidade com o artigo 71.º do regimento d'este tribunal se publicam, por extracto, os accordões seguintes:

João José Vaz Preto Geraldês, na qualidade de recebedor do 2.º barro de Lisboa, desde 1 de junho de 1897 até 30 de junho de 1898, foi julgado quite por accordão de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 2.600.503\$108 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 1.059.994\$975 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 862.636\$061 réis; de corpos administrativos, 114.157\$566 réis; de conventos supprimidos, 439\$442 réis; valores sellados, 58.239\$195 réis; dinheiro do Thesouro, 24.522\$711 réis.

Rui de Athougua Ferreira Pinto Basto (*Visconde de Athougua*), na qualidade de recebedor do 3.º bairro de Lisboa, desde 1 de julho de 1898 até 30 de junho de 1899, foi julgado quite por accordão de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 1.610.744\$154 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 780.012\$731 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 692.751\$533 réis; de corpos administrativos, 71.593\$769 réis; de conventos supprimidos, 353\$852 réis; valores sellados, 10.625\$184 réis; dinheiro do Thesouro, 4.688\$393 réis.

Antonio Nunes Matias, na qualidade de recebedor do concelho do Crato, desde 1 de julho de 1902 até 30 de junho de 1905, foi julgado quite por accordão de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito réis 255.813\$391 e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 19.354\$700 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 12.080\$143 réis; idem de corpos administrativos, 3.131\$178 réis; valores sellados, réis 3.704\$237; dinheiro do Thesouro, 439\$142 réis.

Francisco Antonio de Freitas Junior, na qualidade de recebedor do concelho de Calheta, Funchal, desde 1 de agosto de 1901 até 30 de junho de 1907, foi julgado quite por accordão de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 248.703\$727,5 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 7.996\$178,5 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, réis 1.887\$781; idem da junta geral, 2.034\$996 réis; idem da Camara Municipal, 551\$850 réis; valores sellados, 1.976\$800,5 réis; dinheiro da Camara Municipal, réis 1.544\$781.

Alfredo Xavier da Trindade, na qualidade de recebedor do concelho de Villa Nova de Portimão, desde 20 de outubro de 1902 até 30 de junho de 1907, foi julgado quite por accordão de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 844.401\$511 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 44.032\$690 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 22.283\$671 réis; idem, de corpos administrativos, 7.891\$634 réis; idem da camara municipal, 4.266\$736 réis; valores sellados, 5.951\$908 réis; dinheiro do Thesouro, 3.009\$639 réis; dinheiro da camara municipal, 629\$102 réis.

Abel Osorio de Oliveira, na qualidade de recebedor do concelho de Lages das Flores, desde 1 de julho de 1899 até 30 de junho de 1902, foi julgado quite por accordão de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 37.234\$568 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 3.098\$045 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança: do Thesouro, 42\$415 réis; idem de im-

posto districtal, 25171 réis, valores sellados, 2.439,018 réis; dinheiro, 614,541 réis.

Antonio da Silva Casquilho, na qualidade de recebedor do concelho de Aldena Gallega, desde 1 de julho de 1902 até 30 de junho de 1907, foi julgado quite por accordo de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 504.854,973 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 26.485,769 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança: do Thesouro, 18.625,578 réis, idem de corpos administrativos, 5.407,822 réis; valores sellados, 2.454,868 réis; dinheiro do Thesouro, 1 real

Luis de Matos Coutinho Figueira de Albuquerque, na qualidade de recebedor do concelho do Funchal, desde 1 de julho de 1903 até 30 de junho de 1907, foi julgado quite por accordo da 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 1.574.177,662 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 259.844,095 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança: do Thesouro, réis 147.633,5418; idem da junta geral e imposto districtal, 71.345,711 réis; estampilhas da junta geral, 1.736,518 réis; valores sellados, 39.128,5448 réis.

João da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, na qualidade de recebedor do concelho de Tavira, desde 1 de julho de 1902 até 30 de junho de 1907, foi julgado quite por accordo de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 913.539,5421 réis e a do credito, igual quantia, comprehendendo o saldo de 37.948,5333 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança: do Thesouro, 26.233,5854 réis; idem de corpos administrativos, 3.090,5138 réis; valores sellados, 3.624,5341 réis.

João José de Pdua Cruz, na qualidade de recebedor do concelho de Olhão, desde 10 de dezembro de 1900 até 30 de junho de 1905, foi julgado quite por accordo de 15 de novembro de 1910, sendo a importancia do debito 634.190,5280 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 46.065,5207 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança: do Thesouro, 17.217,5079 réis; idem de corpos administrativos, 6.086,5134 réis; valores sellados, 14.990,896 réis; dinheiro do Thesouro, 7.771,5098 réis.

Está conforme. — 2.ª Repartição da Direcção Geral do Tribunal de Contas, 22 de novembro de 1910. — J. M. Osorio, chefe da repartição.

A Camara Municipal annuncia que, tendo procedido hoje em acto publico ao sorteio de titulos dos emprestimos de 1879, 1880, 1881 e 1890, saíram sorteados os seguintes:

Emprestimo de 1879				
1.050	3.482	5.239	6.959	
1.092	4.490	6.702	7.069	
3.183	4.501	6.752	8.457	
3.427	5.138	6.890	8.481	
Emprestimo de 1880				
12.091	12.670	14.294	16.031	16.461
12.288	13.420	15.539	16.042	16.807
Emprestimo de 1881				
320	2.972	4.043	4.044	4.045
Emprestimo de 1890				
23	2.454	4.325	6.400	8.360
65	2.468	4.426	6.404	8.421
109	2.523	4.451	6.468	8.510
210	2.547	4.573	6.488	8.560
239	2.604	4.668	6.606	8.586
252	2.704	4.932	6.639	8.761
398	2.710	4.997	6.652	8.846
522	2.782	5.011	6.727	8.848
548	2.788	5.017	6.734	8.939
633	2.820	5.061	6.759	9.016
675	2.990	5.072	6.876	9.039
880	3.059	5.095	6.899	9.101
890	3.119	5.131	6.908	9.180
920	3.139	5.219	6.918	9.240
1.003	3.164	5.233	6.968	9.255
1.026	3.234	5.240	6.990	9.264
1.146	3.245	5.262	6.996	9.281
1.200	3.327	5.369	7.024	9.382
1.401	3.335	5.378	7.050	9.559
1.553	3.503	5.399	7.430	9.562
1.562	3.553	5.505	7.456	9.569
1.573	3.609	5.644	7.482	9.644
1.621	3.614	5.749	7.488	9.723
1.644	3.652	5.771	7.515	9.745
1.713	3.733	6.100	7.587	9.828
1.851	3.942	6.127	7.720	9.928
1.881	3.974	6.140	7.831	9.953
1.976	4.013	6.167	7.833	9.964
2.172	4.056	6.172	7.907	9.978
2.226	4.133	6.215	8.062	—
2.233	4.134	6.230	8.085	—
2.236	4.231	6.282	8.091	—
2.359	4.287	6.397	8.322	—

Outrosim se annuncia que ainda não foram apresentados na 2.ª Repartição da Camara os seguintes titulos anteriormente sorteados:

Emprestimo de 1879				
16	2.686	4.773	6.732	7.106
79	2.706	4.813	6.735	7.125
163	2.835	5.123	6.747	7.126
304	3.003	5.179	6.763	7.127
485	3.007	5.295	6.778	7.357
504	3.028	5.334	6.782	7.405
696	3.036	5.359	6.824	7.536
926	3.477	5.694	6.873	8.309
1.451	3.717	5.710	6.938	8.335
1.945	3.806	5.715	6.940	8.518-A
2.051	4.055	5.729	7.082	8.520-A
2.357	4.394	5.731	7.083	8.818
2.375	4.400	5.748	7.085	8.856
2.386	4.407	6.328	7.086	8.899
2.388	4.415	6.339	7.099	—
2.393	4.416	6.340	7.100	—
2.685	4.676	6.354	7.104	—
Emprestimo de 1880				
10.659	12.625	13.236	14.573	16.014
10.661	12.678	13.239	14.867	16.115
10.669	12.681	13.246	14.932	16.118
10.684	12.746	13.403	14.933	16.148
10.746	12.843	13.404	15.728	16.505
10.907	12.844	13.406	15.735	16.507
10.917	12.846	13.409	15.796	16.508
11.694	12.909	13.462	15.798	16.572
12.395	13.207	14.170	15.838	16.591
12.402	13.220	14.208	16.013	16.688
Emprestimo de 1809				
104	2.000	4.785	6.756	9.057
176	2.014	4.790	6.760	9.067
204	2.136	4.802	6.776	9.068
376	2.265	5.712	6.788	9.086
447	2.285	6.018	7.128	9.099
564	2.287	6.439	7.143	9.160
849	2.323	6.632	7.233	9.161
921	2.330	6.637	7.334	9.352
995	2.591	6.646	7.369	9.371
1.004	2.862	6.649	7.461	9.388
1.132	3.294	6.650	7.660	9.689
1.166	3.624	6.654	7.717	9.690
1.369	3.670	6.656	7.735	9.716
1.671	3.714	6.657	7.992	9.788
1.705	3.716	6.695	8.011	9.789
1.730	4.312	6.724	8.094	9.808
1.817	4.498	6.736	9.054	—

Paços do Concelho, 10 de novembro de 1910. — O Secretario Interino da Camara, E. Freire de Oliveira.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

Repartição de Contabilidade

Pagamento dos juros do 2.º semestre de 1910 das pensões vitalicias, apolices vitalicias, da divida interna consolidada de 3 por cento, das obrigações de 4 por cento de 1888, das obrigações da divida interna amortizavel de 4 1/2 por cento de 1903-1905, e dos juros do 2.º trimestre, do 2.º semestre de 1910, do emprestimo de 5 por cento de 1909, com garantia nos caminhos de ferro do Estado.

Para conhecimento de quem interessar se annuncia o seguinte:

Que o pagamento do juro do trimestre vencido em 31 de dezembro do corrente, do emprestimo de 5 por cento de 1909 com garantia nos caminhos de ferro do Estado, e emitido por decreto de 27 de fevereiro de 1909, e o dos

titulos da divida interna consolidada de 3 por cento, incluindo os que tiverem clausula de usufruto, se realizará no mês de janeiro, ás terças, quintas e sabbados;

Que o pagamento das pensões vitalicias, das apolices vitalicias, dos juros dos donatarios vitalicios, das obrigações de 4 por cento de 1888, das de 4 1/2 por cento de 1903-1905, terá logar durante o mês de janeiro, ás segundas e quartas feiras;

Que o pagamento dos juros atrasados, tanto no mês de janeiro como nos seguintes, realizar-se-ha ás sextas feiras;

Que os pagamentos por desconto de juros e das amortizações dos titulos sorteados se effectuarão em todos os dias uteis, excepto 30 de janeiro;

Que os portadores de titulos com clausula de usufruto, incluindo os de pensões vitalicias e de donatarios vitalicios, tem de apresentar prova de existencia em 31 de dezembro corrente ou posteriormente a esta data;

Que o pagamento começa ás dez horas e meia da manhã, terminando ás duas e meia da tarde;

Que a partir de 1 de fevereiro proximo futuro o pagamento dos juros dos diferentes emprestimos realizar-se-ha em todos os dias uteis, indistinctamente.

Secretaria da Junta do Credito Publico, 10 de dezembro de 1910. — O Director Geral, Thomaz Mascarenhas.

CASA DA MOEDA E PAPEL SELLADO

Folha das ferias extraordinárias do pessoal operario da Casa da Moeda e Papel Sellado, relativas á semana finda em 8 de outubro de 1910

Nomes	Dias	Salarios		Total
		Por dia	Por semana	
Officina de galvanoplastia				
Manuel José Monteiro	1	1,600	1,600	9,400
Nereu da Encarnação	1	1,400	1,400	
Manuel da Silva Cecilio	1	1,000	1,000	
José Joaquim Tavares	1	1,000	1,000	
Antonio Francisco Pereira	1	1,000	1,000	
José Antonio	1	900	900	
José da Silva Afonso	1	1,000	1,000	
José Rafael Marques	1	800	800	
Joaquim das Neves	1	700	700	
Officina do sello				
Francisco Maria Alves Torres (a)	1	2,000	1,950	6,400
Augusto Cruz da Silva	1	1,200	1,200	
José Eduardo Correia	1	1,000	1,000	
João Evangelista Neumayer	1	900	900	
Jaime O. da Costa	1	700	700	
Manuel de Figueiredo	1	600	600	
Armazens				
Augusto Pires Palhares	1	900	900	15,850
José Francisco Gualberto	1	900	900	
Nicolau da Cruz José Ferreira	1	900	900	
Joaquim Francisco Amaral	1	850	850	
Antonio Maria da Silva	1	850	850	
Manuel Inês	1	700	700	
Antonio Matias da Silva	1	700	700	
Egídio Mendonça Belinge da Mata	1	650	650	
José Augusto	1	650	650	
João Baptista dos Santos	1	650	650	
Antonio da Silva Loureiro	1	650	650	
Jaime Brito da Nobrega	1	650	650	
José Antonio Lopes	1	650	650	
Henrique José da Silva	1	600	600	
Antonio Xavier Martins	—	400	—	
Manuel Hugo da Silva	1	500	500	
André dos Santos	1	700	700	
Francisco Agostinho da Silva	1	600	600	
João Pastor	1	450	450	
Manuel Dias Passos Freitas	1	450	450	
Etelvina A. da Conceição Silva	1	400	400	
Maria Emilia Rufina da Costa	1	400	400	
Julia da Conceição Ferreira	1	400	400	
José da Costa Loureiro	1	700	700	
Carlos Candido de Oliveira	1 1/2	700	350	
Antonio Baptista	1 1/2	600	300	
Casimiro Aires de Almeida	1 1/2	600	300	
Contadoria				
José Thomás de Miranda Costa	1	1,400	1,400	9,470
Segundo Julio Vigon Ibañez	1	1,200	1,200	
Luis Filipe Virgolino de Brito	1	800	800	
Innocencio José Ferreira	1	800	800	
Carlos Alberto Carvalho Tavares	1	800	800	
José Sanchez y Pons	1	800	800	
Manuel Gomes de Abreu	1	800	800	
Manuel Martinho Pereira	1	800	800	
Antonio dos Santos Ferreira	1	800	800	
José Faria da Silva	1	800	800	
João Avelino Matos Moreira	1	700	700	
41,350				

(a) Imposto de rendimento 50 réis.

Importa esta folha na quantia de 41,350 réis, ficando em poder do thesoureiro a quantia de 50 réis de imposto de rendimento.

Casa da Moeda e Papel Sellado, em 8 de outubro de 1910. — O Chefe da Contabilidade, Fernando Luiz Schiappa de Azevedo.

Confere. — Fernando Carlos Deshorta.

Está conforme. — João de Deus Antunes Pinto.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Parante esta Camara fica aberto concurso por provas praticas, nos termos do artigo 38.º, § 2.º, do Codigo Administrativo, por tempo de trinta dias, contados do immediato ao da publicação d'este annuncio no Diurio do Governo, para o provimento do logar de preparador e conservador do gabinete de analyses microscopicas do Matadouro Municipal de Lisboa, com o vencimento annual de 250,000 réis da categoria e 50,000 réis de exercicio.

Os concorrentes, nos termos do decreto de 24 de dezembro de 1892, deverão apresentar os seus requerimentos por elles escritos e assinados, sendo a letra e assinatura reconhecidas por notario de Lisboa, na secretaria da Camara, até as quatro horas da tarde do 30.º dia do concurso, instruidos com os seguintes documentos:

- 1.º Certidão de idade;
- 2.º Certificado do registo criminal por onde se mostrem livres de culpas;
- 3.º Certidão de terem sido recenseados para o serviço militar na idade e domicilios legaes ou, no caso negativo, de terem remido a penalidade correspondente;
- 4.º Attestados de bom comportamento passados pelas camaras municipaes e autoridades policiaes dos concelhos ou bairros em que tiverem residido nos ultimos tres annos;
- 5.º Diplomas do curso de medicina veterinaria passados pelo actual Instituto de Agronomia e Veterinaria, ou outro estabelecimento de igual natureza e categoria que tenha antecedido;
- 6.º Quaesquer outros documentos que abonem a competencia e aptidão especial para o logar a que concorrem.

A prova pratica terá por objecto a colheita, preparação e analysis microscopica de carnes ou outros productos de reses abatidas para o consumo, em vista de reconhecimento de lesões ou doenças que tornem as mesmas reses, no todo ou em parte, nocivas á saude publica.

Para a execução da prova a que se refere o artigo antecedeente, que terá logar no Matadouro Municipal, formulará o respectivo jury os pontos indispensaveis e durante ella poderá o mesmo jury, quando assim o julgar conveniente, interrogar o candidato, mas por forma que o interrogatorio não exceda meia hora.

Os concorrentes serão avisados por annuncio nos jornaes, do dia o hora em que terá logar a prova pratica.

A nomeação para o referido logar será provisoria, tornando-se definitiva seis meses depois, se o nomendo revelar zelo e competencia para o logar.

Os candidatos antes de admitidos ao concurso serão inspeccionados pelo facultativo municipal.

Paços do Concelho, 9 de dezembro de 1910. — O Secretario interino da Camara, E. Freire de Oliveira.

OBSERVATORIO DO INFANTE D. LUIS
Boletim meteorologico
Quinta feira, 8 de dezembro de 1910, ás nove horas da manhã

Estações	Barometro		Temperatura	Vento	Ceu	Chuva	Estado do mar	Temperatura		Notas	
	A zero de graus	Red. ao nivel do mar e a 45º de Lat.						Maxima	Minima		
Portugal	Montalegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Gerez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Moncorvo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Guarda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Serra da Estrella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	S. Fiel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Tancos	-	749,3	12,7	SW. fresco	Enc., nev.	43,0	-	18,0	10,0	-
	Reino, a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Campo Maior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Villa Fernando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cintra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Lisboa	-	750,5	12,3	SSW. violento	Encoberto	18,5	-	-	-	-
	Vendas Novas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Evora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Beja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Lagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sagres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Angra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ilhas dos Açores, 7 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Horta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ponta Delgada	-	762,1	14,9	NW. mod.	Muito nublado	1,0	Pequena vaga	18,0	13,0	-	
Ilha da Madeira, 7 a	-	760,8	19,0	NW. fraco	Encoberto	4,0	Pouco agitado	22,0	13,0	-	
Ilhas de Cabo Verde, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
S. Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
S. Tiago	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Corunha, 7 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Iguelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Barcelona, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Madrid, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Malaga, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
S. Fernando, 7 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tarifa, 8 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inglaterra	-	724,1	10,6	SE. fresco	Encoberto	9,1	Pequena vaga	11,1	8,9	-	
Valentia, 8 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Lisboa, no dia 7 de dezembro de 1910

Temperatura maxima, 17,3; minima, 14,0. — Evaporação, 5,2 millímetros. — Ozono, 8,5 graus.
A evaporação é medida ás nove horas da manhã do dia seguinte; o ozono é a media dos valores observados ás nove horas da manhã e ás nove da noite.

Elementos normaes ás nove horas a. — Lisboa, 8 de dezembro de 1910

Temperatura, 11,6 graus — Pressão ao nivel do mar, 765,9 millímetros.

Altitudes

Montalegre, 1:027 metros — Guarda, 1:039 metros — Serra da Estrella, 1:216 metros.

Estado geral do tempo

Em virtude das linhas telegraphicas estarem interrompidas, do continente só se recebeu o boletim de Tancos.

Em Lisboa o barometro baixou 4 millímetros, com diminuição de temperatura e vento geralmente forte do quadrante SW.

Em Ponta Delgada o barometro subiu 8 millímetros, conservando-se estacionario no Funchal.

Continua o regime cyclonico dos dias anteriores, achando-se o centro de depressão 724,1 millímetros na Irlanda; as pressões relativamente mais elevadas sobre os Açores.

Faltam todos os boletins de França e Espanha.

Observatorio do Infante D. Luis, á uma hora da tarde. — O Director, interino, C. A. Moraes de Almeida.

Sexta feira, 9 de dezembro de 1910, ás nove horas da manhã

Estações	Barometro		Temperatura	Vento	Ceu	Chuva	Estado do mar	Temperatura		Notas	
	A zero de graus	Red. ao nivel do mar e a 45º de Lat.						Maxima	Minima		
Portugal	Montalegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Gerez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Moncorvo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Guarda	666,8	756,1	3,4	SW. mod.	Enc., nev.	15,0	-	5,3	2,3	Chuva de neve e granizo.
	Serra da Estrella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Coimbra	-	755,2	9,7	SSE. mod.	Encoberto	11,4	-	14,9	9,9	
	S. Fiel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Tancos	-	758,8	8,9	NNW. m.º fraco	Ennevoado	5,0	-	13,0	9,0	
	Reino, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Campo Maior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Villa Fernando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Cintra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Lisboa	-	757,3	13,7	S. fraco	Encoberto	9,6	-	-	-	
	Vendas Novas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Evora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Beja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Lagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Sagres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Angra	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ilhas dos Açores, 7 a	-	754,2	17,9	WSW. fresco	Encoberto	4,0	Pequena vaga	19,0	17,0		
Horta	-	754,9	16,9	WNW. fresco	Ennevoado	8,0	Vaga	18,0	14,0		
Ilha da Madeira, 7 a	-	762,9	17,9	NW. mod.	Encoberto	0,0	Agitado	21,0	11,0		
Ilhas de Cabo Verde, 9 a	-	764,7	24,2	NE. mod.	Muito nublado	0,0	Chão	25,0	22,0		
S. Vicente	-	762,3	26,3	NNE. mod.	Limpo	0,0	Chão	27,0	22,0		
S. Tiago	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Corunha, 7 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Iguelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Barcelona, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Madrid, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Malaga, 9 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
S. Fernando, 7 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Tarifa, 8 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Inglaterra	-	726,4	8,9	SW. m.º fraco	Muito nublado	4,8	Agitado	11,1	8,3		
Valentia, 8 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Lisboa, no dia 8 de dezembro de 1910

Temperatura maxima, 16,3; minima, 11,0. — Evaporação, 2,0 millímetros. — Ozono, 10,0 graus.
A evaporação é medida ás nove horas da manhã do dia seguinte; o ozono é a media dos valores observados ás nove horas da manhã e ás nove da noite.

Elementos normaes ás nove horas a. — Lisboa, 9 de dezembro de 1910

Temperatura, 11,5 graus — Pressão ao nivel do mar, 766,1 millímetros.

Altitudes

Montalegre, 1:027 metros — Guarda, 1:039 metros — Serra da Estrella, 1:216 metros.

Estado geral do tempo

Receberam-se apenas noticias de quatro postos do continente, nos quaes se accentuou uma subida barometrica de cêrca de 10 millímetros.

Em Lisboa o barometro subiu 7 millímetros, na Madeira 2, e nos Açores baixou 7 millímetros.

A temperatura soffreu pequenas alterações e o vento, conservando-se do quadrante SW. diminuiu muito de força.

Tovavia persiste o nucleo d. depressão, mostrando tendencia a percorrer de novo o trajecto dos ultimos dias, continuando as mais baixas pressões na Irlanda e as mais elevadas ao S. da Madeira.

Faltam todos os boletins de França e Espanha.

Observatorio do Infante D. Luis, á uma hora da tarde. — O Director, interino, C. A. Moraes de Almeida.

SUPERINTENDENCIA DOS PALACIOS DA REPUBLICA

Adjudicação do azeite da Tapada da Ajuda

A Superintendencia dos Palacios da Republica manda annunciar que até o dia 18 de dezembro, ao meio dia, está aberto o concurso, na Rua das Necessidades, 17, para a adjudicação, por propostas em cartas fechadas, de 8:100 litros de azeite, produção da Tapada da Ajuda, que para maior facilidade de aquisição serão divididos em seis lotes de 1:350 litros.

Condições da arrematação

1.ª As propostas, abertas no dia 18 á uma hora da tarde, devem ser acompanhadas do deposito de 25\$000 réis por cada lote a que o arromatante concorrer.

2.ª Conforme a entrega assim serão numeradas, numeração que indicará a ordem de apresentação para a entrega dos lotes arrematados.

3.ª Mencionar-se os lotes que o arrematante pretende, sendo preferido em igualdade de preço, aquelle que concorrer ao maior numero.

4.ª Havendo empate nos preços, terá de decidir-se a arrematação por licitação verbal.

5.ª Se as propostas forem inaceitaveis relativamente aos preços, a Superintendencia reserva-se o direito de não entregar os lotes.

6.ª No prazo de quarenta e oito horas, a contar do dia da adjudicação, o arrematante tem de liquidar a transacção na Secretaria da Superintendencia, sendo-lhe dada a competente guia numerada, com a qual se apresentará ao almoxarife da Tapada, encarregado da entrega.

7.ª O arrematante terá de levar o material preciso para a retirada dos lotes, bem assim pessoal habilitado para decantar o azeite, para o que lhe é concedido o prazo de um mês a contar do dia da adjudicação.

Superintendencia dos Palacios da Republica, 7 de dezembro de 1910.—O Superintendente, *Joaquim Martins Teixeira de Carvalho*.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Plano para a vigesima nona extracção da lotaria do anno de 1910-1911
emittida pela dita Santa Casa, em virtude do decreto de 6 de abril de 1893

Será o seu capital de 67:200\$000 réis, formado de 5:600 bilhetes (n.ºs 1 a 5:600), a 12\$000 réis cada um; e deduzidos do mesmo capital 30 por cento para as applicações indicadas no decreto regulamentar de 12 de dezembro de 1907 distribuem-se os 70 por cento restantes nos seguintes

	Premios	
1 de	25:000\$000	25:000\$000
1 de	2:000\$000	2:000\$000
1 de	400\$000	400\$000
10 de	200\$000	2:000\$000
35 de	60\$000	2:100\$000
335 de	24\$000	8:040\$000
2 aproximações ao premio maior, a réis 126\$000		252\$000
9 ditas á dezena do dito premio, a réis 60\$000		540\$000
559 premios a todos os numeros que terminarem na mesma unidade do dito premio, a 12\$000 réis		6:708\$000
953		47:040\$000

Os premios acima entregar-se-hão integralmente aos portadores dos bilhetes premiados.

A venda começará no dia seguinte ao da publicação d'este plano no *Diario do Governo*.

Os bilhetes são divisiveis em vigesimos a 600 réis cada um.

Vão sellados em branco com as armas da mesma Santa Casa e assinados de chancellia em cada uma das suas divisões pelo presidente da commissão administrativa e pelo thesoureiro geral da Misericordia.

D'estes bilhetes não se poderão abrir cautelas superiores a 80 por cento das fracções originaes da casa, nem inferiores a 50 réis, obedecendo sempre á divisão decimal.

O pagamento das cautelas premiadas é exclusivamente da responsabilidade do emissor.

A extracção terá logar no dia 4 de fevereiro de 1911, ás onze horas e meia da manhã, e será precedida, na forma do estilo, da entrada das esferas nas rodas, que se fará em acto publico naquelle mesmo dia. Finda a extracção, se fará, em acto successivo e tambem em publico, a conferencia dos numeros extrahidos e dos respectivos premios.

Para a extracção da lotaria entrarão em uma das rodas as esferas que representam os numeros, e na outra somente as que designam os premios; sendo os premios minimos indicados com a letra — M — nas esferas que houverem de os representar, a fim de poder servir a mesma collecção em todas as lotarias.

—Segundo o artigo 21.º do regulamento de 12 de dezembro de 1907, continuam a ficar sujeitos a prescriçao os premios que não forem exigidos dentro do prazo de um anno, contado do dia da extracção, e revertirão em favor dos expostos.

Consideram-se nullos para a cobrança dos premios os bilhetes ou fracções que se apresentarem por tal modo deteriorados que não se possa verificar a sua legitimidade; e mesmo que se verifique só poderão ser pagos com previo despacho e nas condições estabelecidas.

A thesouraria da Santa Casa incumbem-se de remetter qualquer encommenda de bilhetes ou vigesimos a quem remetter a sua importancia e mais 75 réis para o seguro do correio.

Remettem-se listas a todos os compradores.
Os pedidos devem ser dirigidos ao thesoureiro.

JUIZO DE DIREITO DA 6.ª VARA DA COMARCA DE LISBOA

Pelo juizo da 6.ª vara, cartorio do escrivão Bello, correm editos de dez dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando quem se julgue com direito a uma casa sita no Pateo da Alfandega Velha n.º 22, freguesia de Santa Maria de Belem, de que foi requerida pela Fazenda Nacional a sua expropriação, a fim de o deduzir sobre o producto depositado na Caixa Geral de Depositos, conhecimento n.º 20:738 na importancia de 380\$000 réis, e ser a mesma casa julgada livre e desembaraçada para o Estado.

Verifiquei.—O Juiz de Direito da 6.ª vara, *Sottomayor*.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LOUSADA

Pelo juizo de direito da comarca de Lousada, e cartorio do escrivão do quarto officio, corre um processo de expropriação em que é expropriante a Fazenda Nacional e expropriados Jeronimo Coelho Leão e mulher D. Maria Luisa de Carvalho Pinheiro, do logar de Monte Só, freguesia de Roriz, concelho de Santo Tirso, aos quaes foram expropriados 201 metros quadrados, sendo 62 metros quadrados de casa de habitação e 139 metros de terreno de natureza horta, por 200\$000 réis, e nos mesmos autos correm editos de dez dias, a contar da segunda publicação d'este, a citar todas as pessoas que se julguem com direito ao terreno expropriado, para virem deduzir os seus direitos, findo que seja aquelle prazo, sob pena de serem adjudicados os terrenos á Fazenda Nacional, para construcção da estrada do Valle para Louzella á estrada real n.º 36, lango entre Lourosa e a estrada real n.º 36, troço entre perfis n.ºs 51 e 180, livres e desembaraçados.

Lousada, 27 de agosto de 1910.—O Escrivão, *Francisco Pinto Nogueira Pires*.

Verifiquei.—O Juiz de Direito, *Albano de Magalhães*.

CAIXA ECONOMICA PORTUGUESA

Editos

Processo n.º 2:457

Emilia Maria de Jesus Ferreira, tambem conhecida por Emilia Maria da Conceição e Tereza da Conceição Cunha

dos Santos, tambem conhecida por Tereza de Jesus, casada com Jaime Inacio dos Santos, pretendem habilitar-se como herdeiras testamentarias de Francisco Ferreira, para levantar da Caixa Economica Portuguesa a quantia de 970\$800 réis, saldo do deposito n.º 857, liv. 4.º, fl. 207, da delegação de Aveiro, que pertencia ao fallecido depositante Francisco Ferreira.

Quem tiver que oppor á habilitação referida deduza o seu direito no prazo de sessenta dias, para se resolver como for de justiça.

Caixa Economica Portuguesa, 8 de dezembro de 1910.—O Chefe de Serviços, *José Antonio de Campos Henriques*.

CAPITANIA DO PORTO DE LISBOA

Movimento da barra em 6 de dezembro

Entradas

Vapor inglês «Vasco da Gama», do mar.
Vapor allemão «Rio Pardo», de Manaus.
Vapor português «S. Miguel», dos Açores.
Vapor inglês «Nile», de Southampton.
Vapor italiano «Trest», de Genova.

Saídas

Canhoneira portuguesa «Zaire», para Funchal.
Vapor allemão «Stahleck», para Beyersdorff.
Vapor inglês «Swansea Vale», para Villa Real.
Vapor allemão «Rio Grande», para Manaus.
Vapor allemão «Rio Pardo», para Hamburgo.
Vapor inglês «Nile», para Buenos Aires.
Vapor allemão «Holstein», para o mar.

Capitania do porto de Lisboa, 7 de dezembro de 1910.—O Chefe do Departamento Maritimo, Capitão do porto de Lisboa, *Eduardo João da Costa Oliveira*, capitão de mar e guerra.

ESTACÃO TELEGRAPHICA CENTRAL DE LISBOA

Serviço das barras

Villa Real de Santo Antonio

Dia 7 — Entrou o vapor allemão «Hercules», vindo de Lisboa.

Dia 8 — Não houve movimento maritimo.
Mar chão, vento WNW. fresco.

Figueira da Foz

Dia 7 — Não houve movimento maritimo.
Mar grosso, ceu forrado, vento WNW. de aguaceiro.
Barometro 7,48, thermometro 15.

Dia 8 — Não houve movimento maritimo.
Mar de vaga grossa, ceu forrado chuvoso, vento SW. fresco. Barometro 7,50, thermometro 15.

Leixões

Dia 9 — Entraram neste porto os vapores: inglês «Heron», allemão «Lavinia» e sueco «Milos».

Sairam os vapores: allemães «Maklembourg» e «Reine», sueco «Milos» e inglês «Heron».

Continuam fuudcados os vapores: russo «Polux», allemães «Planeta», «Faro», «Triton» e «Braunschweig», ingleses «Baron Ruzett», «Serra de Agrella» e outro da mesma nação, assim como as chalupas portuguesas «Constancia» e «Chiquita».

Hontem encalhou dentro d'este porto, de encontro ao enrocamento do molhe do norte, a chalupa portuguesa «Marques», com carregamento de sal; a tripulação foi salva hoje e a chalupa ficou quasi desfeita com o mar.

Vento S. tempestuoso.

Luz (Foz do Douro)

Dia 9 — Nada entrou nem saiu da barra e nada se avista devido á cerração do mar.

Vento S. forte e mar agitado.

Estação Telegraphica Central de Lisboa, em 10 de dezembro de 1910.—O Chefe dos Serviços Telegraphicos, *A. A. Pedro dos Santos*.

PUBLICAÇÕES

Obras á venda por conta da Imprensa Nacional
Livraria Bertrand

Rua Garrett n.º 73 e 75

Estão á venda no depositario das obras da Imprensa Nacional, Livraria Bertrand, Rua Garrett, 75, Lisboa, todos os impressos para serviço official da instrução primaria e secundaria e ensino particular; para serviço das repartições dependentes do Ministerio do Interior; para serviço dos governos civis; para pagamento ás classes inactivas; para pagamento de juros da divida interna tanto em Lisboa como nos districtos; para serviço do exercito.

Fornecem-se catalogos a quem os requisitar.

Decreto de 7 de agosto de 1907, sobre o descanso semanal.—Preço 20 réis.

Curso de mecanica da Escola Polytechnica, por A. F. da Costa Lima. Estão publicados os tomos: 1.º—Cinematica pura e applicada, e 2.º—Ponto material, systemas materiaes e solido invariavel, sendo o preço do primeiro 2\$000 réis e o do segundo 2\$580 réis.

Tratado de commercio e de navegação entre Portugal e a Alemanha, assinado no Porto em 30 de novembro de 1908, e começado a vigorar em 5 de junho de 1910.—Preço 160-réis.

AVISOS

ASSOCIAÇÃO DOS SOLICITADORES ENCARTADOS (Socorro mutuo)

De ordem do Ex.º presidente da assembleia geral é esta convocada para, no dia 17 do corrente mês, pelas oito horas da noite, e na sua sede, Calçada de S. Francisco n.º 45, proceder em sessão ordinaria á eleição dos cargos da associação e do delegado ao Conselho das Associações, que não de estar em exercicio durante o anno de 1911.

Não comparecendo numero legal de socios ficará a dita sessão transferida para o dia 27 seguinte, á mesma hora e no mesmo local, a qual terá logar com qualquer numero de socios.

Lisboa, 10 de dezembro de 1910.—O Secretario, *Ernesto Marques*.

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

Agencia aduaneira em Marvão e Valencia de Alcantara

Para os fins convenientes se faz publico que o cargo de agente aduaneiro d'estes caminhos de ferro, nas fronteiras de Marvão e Valencia de Alcantara, está actualmente confiado á firma Succesores de D. Manuel Puebla de la Torre, representada pelo Sr. D. Manuel Puebla Oliveira, a qual de futuro poderá ser encarregada pelos expedidores do despacho aduaneiro de quaesquer remessas naquellas fronteiras, tanto das proce-

dentos de Portugal como das destinadas a este país ou em transito, a qual effectuará essas operações por conta e risco dos mesmos expedidores e em conformidade com a respectiva tarifa de operações aduaneiras, não sendo estes caminhos de ferro responsaveis por qualquer atraso, despesa, multa, apprehensão, falta, avaria, etc., que se dê nas expedições, quer por deficiencia ou irregularidade de documentos que devam servir para o preenchimento das formalidades aduaneiras quer por erro ou infracção das leis e regulamentos vigentes no país, praticados pelos mesmos agentes, quer por outro qualquer facto independente do serviço dos caminhos de ferro.

Para evitar qualquer duvida os senhores expedidores que desejarem que as operações aduaneiras das suas remessas sejam effectuadas por estes agentes, deverão indicar com toda a clareza na sua nota de expedição ou nominalmente Succesores de D. Manuel Puebla de la Torre ou D. Manuel Puebla Oliveira ou ainda o agente aduaneiro dos Caminhos de Ferro Portugueses e nunca o agente internacional ou o agente aduaneiro, simplesmente, por haver ali outros agentes particulares que se designam com estes titulos, fazendo nas competentes declarações para as alfandegas a seguinte indicação:

«Todas as operações e formalidades nas alfandegas das fronteiras (espanhola ou portugueza) serão confiadas por minha conta e risco aos Srs. Succesores de D. Manuel Puebla de la Torre, moradores em Valencia de Alcantara, os quaes ficam encarregados do pagamento das despesas correspondentes.»

Quando se não designe a pessoa que deve encargar-se d'estas operações serão ellas feitas de officio pelos Srs. Succesores de D. Manuel Puebla de la Torre, para evitar prejuizos da detenção das mercadorias nas fronteiras, em conformidade com os preços e condições da respectiva tarifa.

Lisboa, 6 de dezembro de 1910.—Pelo Director Geral da Companhia, *Ferreira de Mesquita*.

Viagens em comboios especiaes de qualquer estação d'estas linhas para Lisboa-Rocio e regresso pelos comboios ordinarios

A partir da data do presente e até 18 de dezembro proximo futuro, inclusive, estes caminhos de ferro facultarão ao publico a organização de comboios especiaes destinados unicamente a Lisboa-Rocio, aos preços e condições abaixo indicados:

Preços

Por cada passageiro e kilometro: 1.ª classe, 12 réis; 2.ª classe, 9 réis, e 3.ª classe, 6 réis.
Taxa minima por comboio e kilometro, 1\$500 réis.

Minimo de cobrança por comboio, 100\$000 réis.

Condições

1.ª Prazos de validade.—Os bilhetes são validos por oito dias, incluindo o da partida, sendo porem o ultimo dia para o regresso o dia 20 de dezembro de 1910.

2.º Comboios.— Os bilhetes são validos, á ida, unicamente pelos comboios especiaes. A volta deverão ser utilizados por qualquer comboio ordinario que tenha carruagens da classe respectiva, exceptuando, porem, o sud-express e os rapidos do Porto e de Madrid (n.ºs 53, 55 e 151).

3.º Em tudo o que não seja contrario ao que no presente se estabelece ficam em vigor as condições do artigo 2.º da tarifa especial n.º 16 de grande velocidade.

Lisboa, 26 de novembro de 1910.— Pelo Director Geral, *Ferreira de Mesquita*.

MONTEPIO GERAL

Pensões

Perante a direcção habilita-se D Gertrudes Coelho Ferreira, D Esmeralda Ferreira e D Adelaide Maria da Ascensão Ferreira, residentes em Lisboa, como unicas herdeiras á pensão annual de 100\$000 réis, legada por seu marido e pae, o socio n.º 3:573, Sr Eduardo Adelino Ferreira.

Correm editos de trinta dias, a contar de hoje, convocando quaesquer outros filhos legitimados, legitimados ou perflhados do fallecido, para que reclamem a parte que na mesma pensão lhes possa pertencer.

Findo o prazo será resolvida esta pretensão.

Lisboa e Escriorio do Montepio Geral, 10 de dezembro de 1910.— O Secretario da Direcção, *Fernando Augusto Freiria*.

ANNUNCIOS

1.ª VARA COMMERCIAL DE LISBOA

1 Por este juizo, cartorio do escrivão que este assina, e nos autos de contas preatadas por Alvaro de Sousa Lima, administrador da fallencia de Francisco Gonçalves Callado, correm editos de oito dias, citando o fallido e seus credores, para dentro de cinco dias, depois de findo o prazo dos editos, dizerem acerca das contas.

Lisboa, 5 de dezembro de 1910.— O Escrivão do segundo officio, *José Rebello da Costa Abreu*. Verifiquei.— O Juiz da 1.ª vara.

2 Citam-se, com o prazo de quarenta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio, para todos os termos até final do inventario orfanologico do fallecido João Botelho Machado, de que é inventariante a viuva Maria Miquelina, da Fajã de Cima, a herdeira Maria dos Anjos, menor pubere, ausente em parte incerta e filha do inventariado.

Ponta Delgada, 25 de novembro de 1910 — O Escrivão do quarto officio, *Anacleto Augusto Machado Nogueira*. Verifiquei.— O Juiz do Direito, *Forjas*.

CONCURSO

3 A Camara Municipal do concelho da Moita do Ribatejo faz publico de que se acha aberto concurso por espaço de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio no *Diario do Governo*, para o provimento do logar de escrivão da secretaria d'esta Camara, com o ordenado annual de 180\$000 réis e competentes emolumentos.

Os concorrentes deverão apresentar na secretaria da mesma Camara, dentro do referido prazo e em forma legal, os seus requerimentos instruidos com os documentos exigidos por lei.

Moita do Ribatejo, 7 de dezembro de 1910.— O Presidente, *Luis Fortunato da Fonseca*.

1.ª VARA COMMERCIAL DE LISBOA

4 No proximo dia 15, pelas duas horas da tarde, na Rua da Bombarda, 57 e na do Diario de Noticias, 173, tem logar a arrematação dos bens penhorados a José de Sousa Leal e Manuel Nunes, na execução (classe 2.ª-A) que lhe move Paulo Alves da Cunha.

São citados para a arrematação os credores incertos.

Lisboa, 2 de dezembro de 1910.— O Escrivão do segundo officio, *José Rebello da Costa Abreu*. Verifiquei.— O Juiz de Direito da 1.ª vara, *S. Motta*.

5 Pelo juizo de direito da comarca de Satam, e cartorio do segundo officio, Figueiredo, correm editos de trinta dias, a contar do segundo annuncio publicado no *Diario do Governo*, citando os interessados, cujo estado se desconhece, Rosa Jacinta, casada com José Machado, João, José, Alice e Constança, ausentes em parte incerta, sendo os quatro ultimos filhos do fallecido José Machado Tosta, para todos os termos até final do inventario orfanologico por obito de sua tia Maria Jacinta Vieira, moradora que foi na Quinta do Trubullo, freguesia de Decermillo, d'esta comarca, sob pena de revelia.

Satam, 6 de dezembro de 1910.— O Escrivão, *Julio Pereira de Figueiredo*. Verifiquei.— O Juiz de Direito, *Neves Ferreira*.

CONCURSO

6 A Commissão Municipal Administrativa do concelho de Estremoz, devidamente autorizada, abre concurso documental por espaço de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, para o provimento de um partido de facultativo municipal, com o ordenado de 300\$000 réis, sede em Veiros, e obrigação de visitar um dia por semana as freguesias de S. Bento de Anna Loura, S. Bento do Cortiço e S. Lourenço, d'este concelho, e demais obrigações applicaveis.

Os concorrentes deverão apresentar nesta secretaria, dentro do referido prazo, os seus requerimentos devidamente documentados.

Paços do Concelho de Estremoz, 5 de dezembro de 1910.— Eu, *Diogo Vas Touro*, Secretario da Camara, o subscreevo.— O Presidente, *Julio Augusto Martins*.

COMARCA DE MONDIM DE BASTO

7 Por este juizo de direito e cartorio do segundo officio, correm editos de trinta dias, a con-

tar da segunda publicação d'este, citando Antonio Nogueira da Costa, solteiro, negociante, de quarenta e cinco annos de idade, Agostinho Nogueira da Costa, solteiro, de vinte e oito annos de idade, e José Marinho, casado, todos nusesentes em parte incerta, para todos os termos do inventario orfanologico, e sem prejuizo do seu andamento, a que se procede por obito de sua mãe, avó e avó de sua mulher Maria de Magalhães, viuva e moradora que foi no logar e freguesia de Ermello, d'esta comarca.

Mondim de Basto, 26 de novembro de 1910 — O Escrivão, *Manuel Antunes de Lemos*. Visto.— O Juiz de Direito, *Costa*.

COMARCA DE MONDIM DE BASTO

8 Por este juizo de direito e cartorio do segundo officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este, citando Agostinho Nogueira da Costa, solteiro, de vinte e oito annos de idade e José Marinho, casado, ausentes em parte incerta, para todos os termos do inventario orfanologico, e sem prejuizo do seu andamento, a que se procede por obito de seu pae e sogro José Bernardino de Magalhães, casado e morador que foi no logar e freguesia de Ermello, d'esta comarca.

Mondim de Basto, 23 de novembro de 1910.— O Escrivão, *Manuel Antunes de Lemos*. Visto.— O Juiz de Direito, *Costa*.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DA HORTA

Editos

9 Pelo juizo de direito da comarca da Horta, e pelo cartorio do primeiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio, chamando e citando o interessado Manuel Garcia da Costa, solteiro, maior, residente na cidade de Oakland n.º 1:713, Blak Street Berkley, California, Estados Unidos da America do Norte, para todos os termos do inventario orfanologico a que se procede nesta comarca por obito de seu pae, Joaquim Garcia da Costa, casado e morador que foi das Angustias, e em que é inventariante Anna Felizarda da Costa, viuva, da mesma freguesia, a fim de comparecer ou se fazer representar nos termos do mesmo inventario, sob pena de revelia.

O prazo dos editos correrá sem prejuizo do regular andamento dos termos do respectivo processo.

Horta, 15 de novembro de 1910.— O Escrivão do primeiro officio, *Joaquim de Sousa Girão*. Verifiquei a exactidão.— O Juiz de Direito, substituto, em exercicio, *Manuel Joaquim Dias*.

10 Pelo juizo de direito da 6.ª vara civil da comarca judicial de Lisboa, cartorio do escrivão Sousa e Mello, no dia 23 de dezembro corrente, por doze horas da manhã e á porta do tribunal d'este juizo, pelos autos de petição para arrematação em que é requerente João Cypriano Rodrigues Batalha e requerida a fallecida D. Maria das Dores Silva, que foi residente no Pateo do Sequeio, 14, 1.ª andar, se ha de proceder á arrematação em hasta publica, pelo maior lance offercido acima do seu valor, da propriedade seguinte:

Um predio de casas, na Rua Luz Sorjano, com os n.ºs 74, 76 e 78, de policia, que se compõe de lojas e tres andares, ua freguesia das Mercês, descrito na 2.ª conservatoria sob o n.º 4:120, e foreiro a D. Maria Josefa de Mello, que tambem usa o nome de Maria Josefa de Mello Cabral, em 200 réis annuaes, com laudemio de vintena.

Este predio vae á praça no valor de 5:000\$000 réis.

Pelo presente se citam todos os credores e interessados incertos, nos termos da lei.

Lisboa, 5 de dezembro de 1910.— O Escrivão, *João de Sousa Faria e Mello*. Verifiquei.— O Juiz de Direito, *Sottomayor*.

11 Pelo juizo de direito da comarca de Vouzella, e cartorio do escrivão do quarto officio, a requerimento de Faustino Lopes de Almeida e mulher, da Povoação da Rua, freguesia de Alcofra, correm editos de seis meses citando Flaustino Lopes da Silva, ausente ha mais de vinte annos nos Estados Unidos da Republica do Brasil e quaesquer pessoas incertas para os termos até final, que lhes move o requerente e ainda contra o representante do Ministerio Publico, cujos fundamentos da acção são:

Que o irmão e cunhado dos autores Flaustino Lopes da Silva se ausentou para os Estados Unidos do Brasil ha mais de vinte e tres annos, sem que d'elle tornasse a haver noticias algumas, pelo que se presume morto.

Que effectivamente ha mais de vinte annos constou que o dito ausente, havendo saído da cidade do Rio de Janeiro para o interior do pais, nunca mais tornara a apparecer e fallecera, desconhecendo-se inteiramente o seu destino, presumindo-se que seja morto;

Que sendo o ausente amigo de seu irmão antes de se ausentar, nunca elle escreveu dando-lhe noticias suas, nem estas se puderam conseguir por meio de muitos cidadãos que tecm emigrado para o Brasil;

Que o autor marido como seu unico irmão que é, é tambem o seu unico herdeiro, pois o ausente não tem nem nunca teve descendentes nem ascendentes vivos e nunca constou que fizesse, como realmente não fez, disposição alguma de bens;

Que em virtude do exposto devem os autores ser julgados habilitados como unicos e universaes herdeiros do ausente, podendo tomar conta dos bens d'este e d'elles dispor livremente;

Os autores são possuidores dos bens immobiliarios do ausente achando-se algum dinheiro pertencente ao mesmo ausente, depositado na Caixa Geral;

Autores e ausentes são os proprios e partes legitimadas na acção, deve por isso a mesma acção ser julgada procedente e provada e os autores requerentes julgados habilitados como unicos e universaes herdeiros do ausente, por lei conside-

rado morto para lhe succederem em todos os seus bens e d'elles poderem dispor.

A citação ha de ser accusada na segunda audiencia d'este juizo, findo o prazo das editos que principiam a correr da publicação do segundo e ultimo annuncio no *Diario do Governo*.

As audiencias fazem-se todas as quartas feiras e sabbados do cada semana no tribunal judicial situado á praça de Moracs Carvalho, não sendo dias feriados, porque sendo-o se fazem nos immediatos e sempre por dez horas da manhã.

Vouzella, 24 de novembro de 1910.— O Escrivão, *Gil Ribeiro de Almeida*. Verifiquei a exactidão.— O Juiz de Direito, *Carvalho*.

EDITOS DE TRINTA DIAS

12 Pelo juizo de direito da 2.ª vara civil d'esta comarca, cartorio do escrivão que este assina, e nos autos de justificação em que são justificantes D. Elisa Ferreira Cardoso e marido e Eduardo Ferreira Cardoso e D. Berta Ferreira Cardoso, que tambem usa o nome de D. Berta de Sousa Gomes e marido Placido José de Sousa Gomes, proprietarios e capitalistas, residentes em Paris, Republica Francesa, e justificado Joaquim Ferreira Cardoso, correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação do respectivo annuncio, a citar quaesquer interessados incertos para na segunda audiencia d'este juizo, posterior ao prazo dos editos, virem accusar a sua citação, e ahi marcar-se-lhes tres audiencias para contestarem, querendo, a mesma justificação, na qual as justificantes pretendem ser julgadas unicas e universaes herdeiras do referido justificado que era natural da freguesia de Sant'Anna de Pirahy, Brasil, e falleceu no dia 22 de maio do corrente anno, na Quinta de Sacaes, freguesia do Bomfim, d'esta cidade do Porto, no estado de casado em segundas nupcias com D. Maria do Carmo Peixoto Cardoso, sem descendentes successiveis d'este matrimonio e com testamento cerrado, no qual instituiu herdeiras do remanescente da sua herança as duas justificantes, filhas d'elle e de sua primeira mulher D. Gertrudes Alves Ferreira Cardoso, e nessa qualidade poderem fazer os registos de transmissão nas respectivas conservatorias dos bens immobiliarios e os averbamentos dos papeis de credito de assentamento nas companhias ou bancos emissores e levantar capitães depositados á ordem ou a prazo.

Os bens actualmente liquidos da herança do justificado, alem de outros importantes que se acham illiquidos, são os seguintes:

Uma propriedade composta de tres moradas de casas, sendo duas de um andar e uma terrea, sitas na Rua do Bomfim, com os n.ºs 1 a 17, e Rua de Santo Ildefonso, com o n.º 489, freguesia de Santo Ildefonso, d'esta cidade, com seus quintaes, poços e mais pertenças.

Outra propriedade composta de 8 moradas de casas, sendo uma de um andar e uma com sotão e as outras terreas, com pequenos saguões ou quintaes, sitas no angulo do Campo 24 de Agosto e Rua do Bomfim, tendo para aquelle lado os n.ºs 223 a 227, e para este os n.ºs 59 a 79;

O foro annual de 3\$000 réis em dinheiro e o laudemio de vinte-um, imposto numa propriedade composta de uma casa de um andar e parte terrea, sita no Campo 24 de Agosto, com o n.º 177, pertencente a Ermelinda Pereira Vitarães, viuva de Manuel Pereira Vitarães;

Outro foro annual de 3\$000 réis e o mesmo laudemio de vinte-um, imposto em uma casa terrea com quintal, sita no Campo 24 de Agosto, com os n.ºs 180 e 181, pertencente a Joaquim Pinto Soares;

Outro foro tambem de 3\$000 réis com igual laudemio de vinte-um, imposto noutra casa terrea com quintal e mais pertenças, sita no referido Campo 24 de Agosto, com os n.ºs 179, pertencente a Alfredo José Bahia;

Outro foro annual de 2\$400 réis e com o mesmo laudemio de vinte-um, imposto em uma casa de tres andares, com quintal e mais pertenças, sita no Campo 24 de Agosto, com os n.ºs 174 e 176, pertencente aos herdeiros do finado José Antonio da Silva Sousa;

Outro foro annual de 6\$800 réis em dinheiro, com o mesmo laudemio de vinte-um, imposto em uma casa de um andar com quintal e mais pertenças, sita na Travessa do Campo 24 de Agosto, n.º 5, pertencente a Antonio José de Lemos;

9 acções da Companhia de Lanifícios de Padroanello, do valor nominal de 100\$000 réis cada uma, com os n.ºs 442 a 450;

4 acções da Companhia Utilidade Domestica, de igual valor nominal, e com o desembolso de 60\$000 réis cada uma, com os n.ºs 28 a 31;

1 acção da companhia de Fiação Portuense, do mesmo valor nominal com o n.º 1:861;

11 acções da Companhia de Viação Portuense, do mesmo valor nominal, com os n.ºs 506 a 513, 851, 852 a 861;

Um nono de uma acção da mesma companhia, com o n.º 862;

Cinco acções da Companhia dos Caminhos de Ferro do Porto á Povoação de Varzim e Fimalicão, do mesmo valor nominal, com os n.ºs 2:832 a 2:836;

Um terço de uma acção da mesma companhia, com o n.º 2:837;

Uma nona parte de duas acções da mesma companhia, com os n.ºs 2:838 e 2:839;

Uma terça parte de uma acção da Companhia dos Mercados e Edificações Urbanas, do igual valor nominal, com o desembolso de 65\$000 réis, com o n.º 807;

Um nono de dois quintos de uma acção da mesma companhia, com os n.ºs 3:971 e 3:972;

Um nono de um titulo de cinco acções, tambem d'esta companhia, com o n.º 125;

Sessenta e seis acções da Companhia de Mineração Transtagnana, do valor nominal de 50\$000 réis cada uma, com os n.ºs 11:233 a 11:298;

Um terço de duas acções da mesma companhia, com os n.ºs 11:299 e 11:300;

Cem acções da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Através de Africa, do valor nominal de 90\$000 réis cada uma, com os n.ºs 18:341 a 18:440.

As audiencias neste juizo fazem-se todas as terças e sextas feiras de cada semana, não sendo dias feriados, porque neste caso não se fazem, e

sempre por dez horas da manhã, no tribunal judicial em S. João Novo, d'esta comarca.

Porto, 6 de dezembro de 1910.— O Escrivão, *João Eduardo da Fonseca*. Verifiquei.— *A. M. Coelho*.

AO COMMERCIO

13 O abaixo assinado participa que tomou do traspasso ao Sr. Alfredo Alves Martins o seu estabelecimento de ourivesaria e tabacaria, sito na Rua da Palma, 153 e 155, conforme a escrituras lavrada nas notas do notario Pinheiro Leal, em 12 de novembro do corrente anno, cujos valores activos do mesmo estabelecimento ficaram a cargo do signatario, bem como o passivo com a exclusão das letras accites pelo mesmo senhor, valores estes que se acham descritos no balanço anexo á escritura.

Lisboa, 9 de dezembro de 1910.— *Antonio de Almeida*.— (Segue o reconhecimento).

CAMARA MUNICIPAL DE S. THOMÉ

14 A Camara Municipal de S. Thomé manda annunciar que no dia 25 de março de 1911, pelas tres horas da tarde e nos Paços do Concelho, serão publicamente abertas as propostas que lhe tiverem sido enviadas para uma empreitada de estudos constante de:

a) Projecto completo de saneamento de todos os pantanos da cidade de S. Thomé e da sua transformação em parques saneadores, organizado de modo a saber-se a despesa por cada pantano e a poder abrir-se concurso publico para as obras conjuncta ou separadamente;

b) Esboço geral de todos os esgotos urbanos e projecto pormenorizado dos esgotos da parte mais populosa e central da cidade;

c) Plano geral de todos os arruamentos, dos parques saneadores e de um bairro destinado principalmente aos europeus; projecto de alguns typos de habitações equatorias e da canalização do rio Agua Grande até o perimetro da cidade;

d) Estudo de melhoramento da distribuição da agua para a cidade de modo a obter-se agua em quantidade e de boa qualidade utilizando o mais possivel a canalização actual;

e) Estudo geral da iluminação electrica da cidade e distribuição da energia electrica;

f) Projecto de escolas, de uns paços do concelho e de um tribunal.

O engenheiro terá de executar a planta geral topographica de toda a area urbana, na escala de 1 para 1000, e as curvas de nivel de metro a metro com todos os pormenores de terreno, e a planta a 1 para 500, com equidistancias de meio metro da parte central e mais populosa.

As propostas devem ser acompanhadas de attestados de competencia profissional, e serem dirigidas, em carta fechada com aviso de recepção, ao «Sr. Presidente da Camara Municipal de S. Thomé— Africa Occidental Portuguesa».

A camara não se obriga a aceitar a proposta de preço minimo.

O prazo para a entrega de todos os projectos é de dez meses, a contar da data da assinatura do contrato em S. Thomé, sob multa de um vigesimo da empreitada por cada mês, ou fracção a mais.

A proposta será acompanhada de um cheque de 250\$000 réis, pagavel em S. Thomé, á ordem do Sr. Presidente da Camara Municipal, ou de um certificado de deposito da mesma quantia (ou seu equivalente em moeda estrangeira) num Banco acreditado, e igualmente á ordem do mesmo Sr.; este deposito revertirá a favor da Camara caso o adjudicatario não se apresentar (por si ou por seu bastante procurador) a assinar o contrato dentro do prazo de sessenta dias, depois da recepção do respectivo aviso.

No acto da assinatura do contrato o mesmo adjudicatario provará ter feito, no cofre da Camara Municipal de S. Thomé, o deposito definitivo de 5 por cento da importancia da empreitada, o qual só será restituído depois de entregues e approvados os estudos, o que não poderá ser alem de cento e vinte dias, a contar da entrega nesta secretaria municipal.

O pagamento será feito em S. Thomé e em moeda portuguesa em curso nesta ilha, e d'elle serão deduzidas as importancias das multas se as tiver havido.

O deposito definitivo reverte a favor do municipio caso o adjudicatario não dê inteira e cabal execução ao contrato.

Secretaria da Camara Municipal de S. Thomé, 30 de setembro de 1910.— O Secretario da Camara, *Francisco Hmtze Ribeiro Nunes*.

EDITOS DE OITO DIAS

15 Pelo Tribunal do Commercio d'esta cidade e comarca, e processo de contas apresentadas por Florencio Monteiro de Figueiredo, d'esta cidade, como administrador da massa fallida de José Maria da Silva e Castro, commerciante que foi da praça d'esta dita cidade, correm editos de oito dias, contados da segunda e ultima publicação do presente annuncio, citando os credores do fallido e este, para dentro de cinco dias, findos aquelles, dizerem acerca das mesmas contas o que se lhes offercer.

Figueira da Foz, 5 de dezembro de 1910 — O Escrivão, *Elvino da Costa Duarte*. Verifiquei.— O Juiz Presidente, *Ferreira Machado*.

ATTENÇÃO

16 O. J. Lodge, A. Muirhead e E. E. Robinson, proprietarios da patente de invenção n.º 4:039 para «Receptores para telegraphia sem fio», concedida a 12 de dezembro de 1902, desejando que aquelle invento seja o mais possivel aproveitado em Portugal, declaram que se prontificam a conceder licenças para o gozo parcial do privilegio ou mesmo a vender a patente.

Correspondencia a H. T. P. Gee, 70 George Street, Croydow, England

COMARCA DE BRAGA

Editos de trinta dias

17 Por este juizo, e cartorio do quarto officio, correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio, citando o interessado

Antonio de Carvalho, solteiro, de maior idade, ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para assistir a todos os termos até final do inventario de menores a que se procede por morte de seu pae João de Carvalho, viuvo, morador que foi no lugar da Estrada, freguesia de Sequeira, d'esta comarca, no qual é cabeça de casal Manuel Joaquim Ferreira Martius, casado, proprietario, morador no mesmo lugar.

Braga, 7 de dezembro de 1910. — O Escrivão do quarto officio, José Clodomiro Telles da Silva Menezes.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, N. Souto.

18 No juizo de direito da comarca da Feira, cartorio do escrivão Sá, e no inventario por obito de Maria Ferreira de Castro, das Eiras de Alem, d'esta villa, em que é inventariante o filho Antonio Soares Correia de Pinho, d'abi, correm editos de trinta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio, a citar os interessados, genro e filho da inventariada, Manuel de Sá Pereira Lamoso e José Regal de Castro, menor pubere, ambos ausentes em parte incerta do Brasil, para todos os termos, até final do dito inventario, sob pena de revelia.

Feira, 6 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Manuel Maria Correia de Sá.

Verifiquei. — L. do Valle Junior.

19 Pelo juizo de direito da comarca de Estarreja e cartorio do escrivão Silva, correm editos de quarenta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando o interessado Joaquim dos Santos Teixeira, solteiro, maior, ausente no Brasil, em parte incerta, para assistir a todos os termos até final do inventario de menores por obito de seu pae Manuel Antonio Teixeira, do lugar do Celleiro, freguesia de Pardilhó, em que é cabeça de casal a viuva Maria da Silva e Pinho, e deduzir todos os seus direitos, sob pena de revelia.

Estarreja, 5 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Adriano Augusto Rodrigues da Silva.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Couceiro da Costa.

20 No juizo de direito da comarca de Villa Pouca de Aguiar, cartorio do terceiro officio, no inventario orfanologico a que se procede por obito de Ricardo Carneiro morador que foi no lugar da Freixeda, freguesia de Capelludos, d'esta comarca, correm editos de trinta dias, contados da segunda e ultima publicação d'este no *Diario do Governo*, citando os interessados Aurelio Carneiro, casado e Guilherme Carneiro, solteiro, de vinte annos, ambos ausentes em parte incerta no Brasil, para assistirem a todos os termos até final do referido inventario e usarem de seus direitos.

Villa Pouca de Aguiar, 5 de novembro de 1910. — O Escrivão, Manuel Joaquim Ferreira Botelho.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Teixeira Coelho.

CITAÇÃO

21 Pelo juizo de direito da comarca de Amare, e cartorio do segundo officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação do presente annuncio na Folha Official, citando Antonio Maria da Silva, marido da executada Anna Afonso, da freguesia de Chorense, d'esta comarca de Amare, o qual se acha ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para no prazo de dez dias, posterior ao dito prazo, pagar juntamente com os mais executados, ao exequente Adrasto José de Barros, da dita freguesia de Chorense, a quantia de 115\$365 réis e mais custas da acção, ou ver, findo aquelle prazo, a execução seguir seus devidos termos.

Amare, 29 de novembro de 1910. — E eu, José de Araújo e Sousa, escrivão, o subcrevi.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Araújo Gama.

22 Pelo juizo de direito da comarca de Estarreja, e cartorio do escrivão Silva, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando as interessadas Deolinda da Costa Cascaes e marido, cujo nome se ignora, Ermelinda, solteira, maior, Anna Rosa da Silva Cascaes, solteira, menor pubere, ausentes em Lisboa em parte incerta, e os legatarios desconhecidos ou residentes fora da comarca, para assistirem a todos os termos até final do inventario de menores a que se está procedendo por obito de Manuel Rodrigues da Silva, do Campo da Cruz, de Canelas, em que é inventariante a sua viuva Rosa da Silva Cascaes, e deduzirem todos os seus direitos, sob pena de revelia.

Estarreja, 2 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Adriano Augusto Rodrigues da Silva.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Couceiro da Costa.

23 Pelo juizo de direito da comarca de Tondella, e cartorio do primeiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do ultimo annuncio no *Diario do Governo* e no jornal d'esta villa, citando o interessado ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil Justiniano Cardoso, solteiro, maior, para assistir a todos os termos até final do inventario orfanologico a que neste juizo se procede por obito de seu pae José Cardoso, casado, que foi morador no lugar da Ladeira, freguesia de Castellões, em que é inventariante a sua viuva, Anna Duarte, do mesmo lugar, e nelle deduzir os seus direitos, tudo sem prejuizo do regular andamento do mesmo inventario.

Tondella, 11 de novembro de 1910. — O Escrivão, Bernardino Cardoso Figueira.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, V. Ramos.

24 Pelo juizo de direito da 6.ª vara, e cartorio do escrivão Bello, correm editos de quarenta dias, a contar da publicação do segundo annuncio, citando o Dr. Antonio Leal Bravo, residente que foi no Hotel das Nôças, Rua da Madalena n.º 85, ausente em parte incerta, para os termos da acção ordinaria que lhe move Joaquim dos Reis Torgal, em que pede que o mesmo seja condemnado ao

pagamento da quantia de 346\$890 réis, proveniente de serviços de advogado, e bem assim nas custas e procuradoria da mesma acção, cuja citação será accusada na segunda audiencia, findo o prazo dos editos, em que lhe serão assinadas tres, para dentro d'ellas contestar, sob pena de revelia.

Verifiquei. — O Juiz de Direito da 6.ª vara, Sottomayor.

JUIZO COMMERCIAL DA COMARCA DO SABUGAL

25 Por este juizo e cartorio do escrivão privativo do Commercio, Manuel Louro Correia, corrom seus termos uns autos de fallencia em que são requerentes José Luis do Paço e João Gonçalves Lage, commerciantes, residentes em Lisboa, e requerido José Morgado, casado, commerciante, residente em Santo Estevam, e dos mesmos consta que em sessão de hoje o Tribunal Commercial proferiu a sua sentença declarando em estado de quebra o requerido dito José Morgado, nomeando administrador da massa fallida a Augusto Fitez Allá Quintella, solteiro, d'esta villa do Sabugal, que immediatamente fará a declaração solenne e prestará a caução ou fiança arbitrada em 200\$000 réis, reservando-se o direito de nomear curadores e marcando o prazo de sessenta dias para a reclamação dos creditos.

Sabugal, 2 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Manuel Louro Correia.

Verifiquei. — O Juiz Presidente, Saccadura Botte.

26 Pelo juizo de direito da comarca de Mangualde, e cartorio a cargo do escrivão abaixo assinado, na acção especial baseada no artigo 16.º do decreto de 29 de maio de 1907, em que é autor Antonio do Amaral Azevedo, casado, proprietario, de Ranhosos, comarca de Viseu, e reus Maria Paes, viuva, e José de Figueiredo, solteiro, maior, ambos proprietarios, de Aldeia de Carvalho, freguesia de Alcachafe, d'esta comarca de Mangualde, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio, a citar o reu José de Figueiredo, ausente em parte incerta, para dentro de cinco dias, a contar findo que seja o prazo dos editos, pagar ao autor a quantia de 49\$999 réis de capital constante de uma letra com data de 5 de maio de 1901, aceite pela ré e sacada pelo reu, letra que foi protestada em 22 de abril de 1908, e bem assim os juros em divida, protesto da letra e mais despesas legais, sob pena de, não pagando ou não nomeando bens suficientes á penhora, tal direito se devolver ao autor.

Mangualde, 9 de novembro de 1910. — O Escrivão, José Corvello de Avila.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Sousa Mendes.

27 Pelo juizo de direito da 6.ª vara d'esta comarca, cartorio do escrivão Nunes, e nos autos de execução de sentença commercial movida por Antonio Coelho Alem contra Gustavo Adolfo de Sousa e Almeida, se procederá no dia 17 do corrente, por doze horas, á porta do respectivo tribunal, no edificio da Boa Hora, á arrematação em hasta publica, por qualquer preço offerido, dos seguintes direitos penhorados ao dito executado e a saber:

O direito e acção que o executado, na qualidade de um dos herdeiros do inventariado Visconde de Malanza, tenha no inventario orfanologico a que por obito do mesmo visconde se procede nesta vara, cartorio do escrivão Antonio Pinto de Magalhães Barros.

O direito e acção que o executado possa ter ás acções da roça Porto Alegre e respectivos juros em poder da Casa Henry Burnay & C.ª, avaliada dos os mesmos direitos em 47:710\$000 réis e vão á praça sem valor.

Pelo presente são citados quaesquer credores incertos para deduzirem os seus direitos.

Lisboa, 3 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Celestino Augusto Nunes.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Sottomayor.

COMARCA DE PENACOVA

28 No juizo de direito da comarca de Penacova, e pelo cartorio do terceiro officio, correm seus termos uma acção de processo ordinario em que é autor Antonio Henriques Castanheira, casado, proprietario, do lugar de Paradella da Cortiça e reus José Cordeiro, Antonio Cordeiro, Francisco Cordeiro e Maria dos Prazeres Cordeiro, todos solteiros, trabalhadores, do lugar de Paradella da Cortiça, d'esta comarca de Penacova, e na mesma acção correm editos de quarenta dias citando o reu Francisco Cordeiro, que actualmente se acha ausente em parte incerta no Brasil para, na segunda audiencia d'este juizo, posterior ao prazo dos editos que se conta da segunda publicação do respectivo annuncio no *Diario do Governo*, verem accusar a citação na dita acção na qual o autor allega o seguinte: Que Luis Cordeiro e sua mulher Maria da Conceição, proprietarios, que foram moradores no referido lugar de Paradella, confessaram dever ao autor a quantia de 126\$690 réis, por escritura de 11 de janeiro de 1898, na qual se obrigaram ao pagamento da mesma quantia e todas as despesas que o autor fizer, necessarias para haver o dito capital; que aquellos Luis Cordeiro e mulher, casados em 24 de janeiro de 1859, com communhão de bens, morreram ab-intestato, o primeiro a 7 de janeiro de 1900 e a segunda, no estado de viuva, em 2 de fevereiro de 1910, sem outros herdeiros que não sejam os reus; que, por morte de Luis Cordeiro começou-se inventario que não proseguiu, porque a cabeça de casal declarou que não havia bens a inventariar, que esta declaração é falsa pois que os referidos Luis Cordeiro e mulher possuiram como propriedade sua, até morrerem, uma casa de habitação em Paradella, uma casa de palheiro e curraes no mesmo lugar, uma terra de semeadura e matos, nas Pedras, limite de Paradella, e uma terra de semeadura, matos e pinhal, na Ribeira do Pereiro, predios estes que os reus continuam a usufruir sem outro título que não seja a sua qualidade de herdeiros d'aquelles; que os reus são, portanto, responsaveis pela divida que lhes tem sido pedida sem que a pagas-

sem; e são, autor e reus, partes legitimadas e os proprios em juizo. Que nestes termos deve a acção ser julgada procedente e provada, e os reus serem condemnados a pagar a quantia referida e despesas até integral embolso, ou a quantia que os predios valerem se o valor for inferior ao capital e, alem d'isso, o juro legal desde a instauração da acção, custas e procuradoria.

As audiencias d'esto juizo fazem-se ás terças e sextas feiras e não forem dias feriados.

Penacova, 29 de novembro de 1910. — O Escrivão, José Augusto Monteiro Junior.

Verifiquei. — A. C. Raposo.

EDITOS DE TRINTA DIAS

29 Pelo juizo de direito da comarca do Funchal e comarca do segundo officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando Antonio Carlos Vieira Gomes e consorte, por cujo nome não perca, ausentes em parte incerta, para na segunda audiencia posterior aos prazos dos editos virem accusar a citação e assinar sellos tres audiencias para contestarem, querendo, a acção com processo ordinario que lhes move Alberto Camacho Brandão, solteiro, maior, alferes de artilharia e proprietario, morador em Lisboa, na qual allega o seguinte:

Que é senhor e possuidor de um predio rustico e urbano, situado á freguesia de Santa Luzia, sitio do Til, que rega com agua tomada no Ribeiro da Carne Azeda;

Que esta agua é conduzida para o seu predio por um cano ou levada aberta, tomada no referido ribeiro, passa por baixo da ponte do Til, entra em um predio do autor, atravessa a rua subterraneamente e introduz-se no predio descrito no artigo primeiro;

Que estas aguas proveem de um predio de Luis da Rocha Machado, no sitio da Levada, do qual se escapam por infiltração para uma vereda publica, no sitio do Til, ali regam o terreno dos réus e, introduzindo-se, em parte no terreno e em parte correndo sobre elle, vão cair no dito ribeiro onde alimentam uma fonte publica, sendo em seguida captadas e introduzidas na levada do autor;

Que este estado de cousas se mantem ha mais de cincoenta annos, continua, publica e pacificamente;

Que os réus, offendendo os direitos do autor, começaram no dito seu predio, sobranceiro ao ribeiro, uma obra nova, cujo fim é desviar a agua referida para outros predios dos réus e privar o autor de utilizá-la para irrigação e secar a fonte publica já mencionada;

Que o autor fez embargos a esta obra;

Que o autor e réus são os proprios a quem a causa diz respeito;

Que deve a acção ser julgada procedente e provada e os réus condemnados a destruir as obras começadas e a repor as cousas no antigo estado. Declara-se que as audiencias neste juizo se fazem todas as segundas e quintas feiras, não sendo feriado ou santificado, porque, sendo-o, fazem-se nos dias immediatos se tambem não forem impedidos por lei, e sempre pelas dez horas da manhã, no tribunal judicial, á Rua das Ferrerias, sito aos Paços de Concelho.

Funchal, 27 de outubro de 1910. — O Escrivão, Agnes Frederico Fonseca Spranger.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Rufino da Graça.

30 No juizo de direito da comarca de Cintra, cartorio do terceiro officio, escrivão Padinha Dias, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando os co-herdeiros Antonio Ferreira Cuco e sua mulher Elvira de Jesus, moradores em parte incerta na cidade de Lisboa, e Joaquim Ferreira Cuco e sua mulher, cujo nome se ignora, residentes em parte incerta no reino de Espanha, para no prazo de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, assistirem a todos os termos, até final, do inventario orfanologico a que se procede por obito de seu pae Antonio Ferreira, ou Antonio Ferreira Cuco, casado que foi em primeiras nupcias com Julia da Assunção Miranda, e em segundas com a inventariante Rosa da Assunção, e morador que era na Iguaria, freguesia de Collares, e nelle deduzirem seus direitos, sem prejuizo do seu andamento.

Cintra, 5 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Antonio Francisco Padinha Dias.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, A. Franco. (a)

COMARCA DE OLHÃO

31 Pelo juizo de direito da comarca de Olhão, cartorio do escrivão Oliveira, e no inventario orfanologico por obito de José Gago, que residia na freguesia de Quelfes, correm editos de trinta dias, de cujo termo se contarão os prazos e audiencias legais, citando Manuel Gago, solteiro, maior, ausente em parte incerta, para todos os termos, até final, do dito inventario.

Olhão, 7 de dezembro de 1910. — O Escrivão, Rodrigo Antonio de Oliveira.

Verifiquei. — A. J. Guerra. (b)

COMARCA DE OLHÃO

32 Pelo juizo de direito da comarca de Olhão, e cartorio do escrivão Oliveira, e no inventario orfanologico por obito de Joana Rosa, viuva de Manuel Pereira Trindade, que foi do sitio de Quatrim do Sul, freguesia de Moncarapacho, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando Antonio Gonçalves e Manuel Alberto e mulher, ausentes em parte incerta, para todos os termos até final do dito inventario, e bem assim para na segunda audiencia posterior ao prazo dos editos comparecerem por si ou seus representantes no tribunal, a prestarem juramento legal como conferentes. As audiencias neste tribunal teem lugar em todas as segundas e quintas feiras, pelas dez horas da manhã, não sendo dias feriados.

Olhão, 24 de novembro de 1910. — O Escrivão, Rodrigo Antonio de Oliveira.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, A. J. Guerra. (c)

33 Pelo juizo de direito da comarca de Santarem correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este no *Diario do Governo*, citando o interessado Sabino Duarte, viuvo, residente em parte incerta, para assistir a todos os termos até final do inventario a que por este juizo e cartorio do 3.º officio se procede por fallecimento de seu pae Manuel Duarte, que foi morador nas Abitureiras, e em que é inventariante Maria Jacinta, viuva, do mesmo lugar.

Santarem, 7 de dezembro de 1910. — O Escrivão do terceiro officio, Aristides Manuel da Cunha Eça.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, J. Albuquerque. (d)

EDITOS DE TRINTA DIAS

34 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando os herdeiros de André Pores, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitarão neste tribunal, a quantia de 60\$541 réis, proveniente de contribuição de juros do anno de 1906 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos.

Lisboa, 5 de dezembro de 1910. — O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Motta Prego. (e)

EDITOS DE TRINTA DIAS

35 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando Francisco Rita Paes, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias, que solicitará neste tribunal, a quantia de 91\$204 réis, proveniente de contribuição de juros do anno de 1908-1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos.

Lisboa, 5 de dezembro de 1910. — O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Motta Prego. (f)

EDITOS DE TRINTA DIAS

36 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando Francisco Silva, actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitará neste tribunal, a quantia de 60\$725 réis, proveniente de contribuição de juros do anno de 1908 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos.

Lisboa, 5 de dezembro de 1910. — O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Motta Prego. (g)

EDITOS DE TRINTA DIAS

37 Pelo juizo das execuções do 1.º districto fiscal de Lisboa correm editos de trinta dias citando J. Besançon (a V.ª) actualmente residente em parte incerta, para no prazo de dez dias, immediatos aos trinta contados a partir da segunda publicação d'este annuncio, pagar na recebedoria do 2.º bairro d'esta cidade, mediante guias que solicitará neste tribunal, a quantia de 90\$084 réis, proveniente de contribuição de juros do anno de 1899 a 1909, alem dos respectivos juros de mora, addicionaes, sellos e custas do processo, sob pena de seguir a execução seus termos.

Lisboa, 5 de dezembro de 1910. — O Escrivão privativo, Antonio Nogueira Simões e Silva.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Motta Prego. (h)

38 Pelo juizo de direito da 6.ª vara civil da comarca de Lisboa, cartorio do escrivão Nunes, e nos autos de execução por custas movido pelo Ministerio Publico contra João Gomes Salles Viana, que foi ultimamente morador na Rua Maria Pia n.º 58, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando e referido executado que se acha ausente em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil, para no prazo de dez dias, findo que seja o dos editos, pagar no cartorio do escrivão do Tribunal da Relação de Lisboa, Filipe Carlos da Silveira, a quantia de 11\$765 réis em que foi condemnado no processo de apelação n.º 6:374, em que é appellante e appellada Viúva Carvalho & Filho, apresentando no cartorio do dito escrivão Nunes documento comprovativo do pagamento da mencionada quantia, a fim de ser junto aos autos, ou dentro do mesmo prazo nomear bens á penhora, sob pena de não pagando ou não nomeando se devolver este direito ao exequente e se proseguir nos mais termos da execução até final.

Lisboa, 19 de novembro de 1910. — O Escrivão, Celestino Augusto Nunes.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Sottomayor. (i)

39 Pelo juizo de direito da 6.ª vara d'esta comarca, cartorio do escrivão Nunes, e nos autos de arrecadação do espolio da fallecida Maria da Conceição Pinto, se procederá no dia 14 de dezembro proximo, por doze horas, na casa das arrecadações d'este tribunal no edificio da Boa Hora, á venda em almoceda dos bens moveis que constituem o mesmo espolio.

Pelo presente são citados quaesquer credores incertos para deduzirem os seus direitos.

Lisboa, 22 de novembro de 1910. — O Escrivão, Celestino Augusto Nunes.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Sottomayor. (j)